

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Desirée Garçon Puosso

**A REALIDADE DO CONFLITO NO ESTADO DE ISRAEL E SUAS
NUANCES**

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Desirée Garção Puosso

**A REALIDADE DO CONFLITO NO ESTADO DE ISRAEL E SUAS
NUANCES**

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em **Direito Internacional Público**, sob a orientação do Prof., Dr. – **Carlos Roberto Husek**.

SÃO PAULO

2017

Desirée Garção Puosso

A REALIDADE DO CONFLITO NO ESTADO DE ISRAEL E SUAS NUANCES

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em **Direito Internacional Público**, sob a orientação do Prof., Dr. – **Carlos Roberto Husek**.

Aprovada em: ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Doutor Carlos Roberto Husek

RESUMO

O território da Palestina sempre fora um local muito disputado entre as nações, gerando guerras e conflitos na maior parte das vezes. Quando se trata da cidade de Jerusalém a disputa é ainda maior, uma vez que o local é considerado sagrado para diversas religiões. Ademais a boa localização deste Estado também contribuiu para chamar a atenção dos diversos impérios que a dominaram. A criação do Estado de Israel em 1948 fomentou ainda mais os conflitos na região. Este trabalho é uma análise dos Atos Internacionais sobre a questão Israelo-Árabe, contendo também um breve relato histórico sobre o tema, para melhor situar, e a abordagem da realidade deste conflito.

Palavras-chave: conflitos, Jerusalém, realidade, Atos Internacionais.

ABSTRACT

The territory of Palestine had always been a very disputed place among nations, generating wars and conflicts for the most part. When it comes to the city of Jerusalem the dispute is even greater, since the place is considered sacred to various religions. In addition the good location of this State also contributed to draw the attention of the diverse empires that dominated it. The creation of the State of Israel in 1948 further fomented the conflicts in the region. This final paper is an analysis of the International Acts on the Arab-Israeli issue, also containing a brief historical account of the issue, to better situate, and to approach the reality of this conflict.

Keywords: conflicts, Jerusalem, reality, International Acts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE O ESTADO DE ISRAEL.....	9
2 HISTÓRICO DA REALIDADE NO ORIENTE MÉDIO.....	23
2.1 A Partilha da Palestina.....	26
2.2 Refugiados Palestinos.....	30
2.3 Palestina - Estado Observador.....	35
3 SIONISMO E IMIGRAÇÃO DE JUDEUS A ISRAEL.....	38
3.1 Mandato Britânico.....	42
3.2 A Declaração Balfour.....	45
4 ATOS INTERNACIONAIS SOBRE A QUESTÃO ISRAELO-ÁRABE.....	47
4.1 Resolução 242 do Conselho de Segurança.....	49
4.2. Resolução 338 do Conselho de Segurança.....	51
4.3. Acordos de Oslo e o Processo de Paz.....	53
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O conflito Palestino-Israelense, um dos mais complexos conflitos, intensifica-se com a proclamação do estado Israelense e decorre da conjugação de uma série de fatores sócio-culturais e políticos domésticos e internacionais. Apesar dos inúmeros acordos já firmados com o fim de equacionar este conflito, a sua resolução permanente ainda não se verificou. E sua perpetuação, além de provocar instabilidade no Sistema Internacional, implica uma ordem social moralmente inaceitável para seus protagonistas. Este projeto de pesquisa pretende analisar os acordos firmados durante o "Processo de Oslo", que iniciou-se em 1993, e as prováveis raízes de sua ineficácia. Para tal, tem-se como base investigações acerca das causas dos problemas cruciais enfrentados por palestinos e israelenses e de como estas questões dão origem às suas demandas. A partir daí, busca-se entender como as reivindicações são contempladas nos acordos. Cumpre-se discutir, por mais óbvio que pareça, a questão da dificuldade em se manter a paz em zonas de conflitos e dentro disto, relatar a realidade do conflito e suas nuances. Cabe, por último, discutir como as principais características do ordenamento do Sistema Internacional interferem no conflito, destacando o papel e as considerações das Nações Unidas no "Processo de Oslo".

É possível se recordar da época em que árabes e judeus viviam em paz no Oriente Médio? Certamente não. Mas essa época existiu – e, pensando bem, nem faz tanto tempo assim. Acontece que de uns 90 anos para cá, esses dois povos passaram a frequentar o noticiário internacional como protagonistas de guerras, massacres, atentados e levantes populares. Por quê? Se já houve paz, em qual momento foram lançadas as sementes da discórdia entre eles? Como esse conflito, um dos mais explosivos e longos da história recente, interfere na vida das pessoas comuns, moradores de cidades como Jerusalém, Hebron, Tel-Aviv ou Haifa? Quais são os caminhos que podem levar árabes e judeus a novos tempos de paz e tolerância?

É redundância dizer, mas para qualquer Estado em qualquer lugar do planeta se faz extremamente difícil a manutenção da paz em zonas de conflito. Principalmente quando se trata de um conflito histórico, causado muitas vezes por interferência de

agentes políticos externos, e que trata de dois povos com necessidades suficientes para se manter neste território, mas com interesses distintos e que se chocam sempre que confrontados.

A criação do Estado de Israel foi determinada pelas Nações Unidas em novembro de 1947 e levada a cabo menos de seis meses depois, em maio de 1948. Para os árabes, a fundação de Israel significou uma tragédia. Para os judeus, foi a realização de um sonho. O povo perseguido e discriminado desde o século 6º a.C. finalmente encontraria um refúgio. Carregou para lá todas as identidades acumuladas em suas perambulações pelo mundo e deu à luz um país borbulhante, como só um caldeirão étnico-cultural pode borbulhar. Essas são as questões tratada nas próximas páginas. Que elas suscitem ou abram caminhos para a paz.

CAPÍTULO 1. BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE O ESTADO DE ISRAEL

Em Jerusalém, mais que em qualquer outro lugar, a História constitui uma dimensão do presente. A presença vívida de fatos do passado surpreende. Todos seus habitantes falam, às vezes com minúcias, dos acontecimentos que levaram a criação do Estado de Israel, em 1948, ou à Guerra dos Seis Dias, em 1967. É de se notar que esses retratos do passado com frequência giram em torno da mesma pergunta: quem fez o que *primeiro*? Quem recorreu primeiro à violência: os sionistas ou os árabes? Quem percebeu primeiro o potencial da Palestina e tratou de desenvolver o país? Quem viveu primeiro em Jerusalém: os judeus ou os palestinos? Ao discutir o presente conturbado, israelenses e palestinos instintivamente se voltam para o passado, e sua polêmica estende-se da Idade do Bronze ao século XX (ARMSTRONG, 2011).

Para Karen Armstrong

Nada sabemos sobre os primeiros habitantes das colinas e vales que acabariam se tornando a cidade de Jerusalém. Em tumbas do monte Ofel, o sul das atuais muralhas da Cidade Velha foram encontradas vasilhas de cerâmica datadas de 3200 a.C. Foi nessa época que começaram a surgir cidades em outros pontos de Canaã, o Israel moderno; em Meguido, Jericó, Hai, Laquis e Betsan, por exemplo, os arqueólogos descobriram templos, casas, oficinas, ruas e condutos de água.¹

Segundo John Bright (2003) de acordo com a bíblia, a história de Israel começou com a imigração dos patriarcas hebreus da Mesopotâmia para a sua nova pátria na Palestina. Esse foi de fato o começo, se não da história de Israel propriamente dita, pelo menos foi o da sua pré-história. Com efeito, foi com esta migração que os seus antepassados pisaram pela primeira vez no palco da história. A bíblia sugere e as descobertas recentes o atestam: muitas coisas aconteceram antes dos patriarcas. A nós que vivemos hoje, o segundo milênio a.C. parece-nos uma data realmente muito remota. Além disso, nos inclinamos também a imaginar os antepassados hebreus, nômades que viviam em tendas, como os mais primitivos dos nômades, isolados pelo seu modo de vida de toda a espécie de cultura, e cuja religião

¹ ARMSTRONG, Karen. Jerusalém – Uma Cidade, Três Religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.23.

era a espécie mais cruel de animalismo ou polidemonismo. Esta é uma noção errônea e um sistema de falta de perspectiva. Mas aconteceu muito quando pouco se sabia em primeira mão sobre o Antigo Oriente.

Ainda de acordo com John Bright (2003) na última parte do terceiro milênio, ao passarmos pela fase final da Idade do Bronze antiga para a primeira fase da Idade do Bronze, existia nessa região da Palestina vida nômade que gradualmente começou a construir povoações e a estabelecer-se. Tais povoações eram pequenas, mal construídas e sem pretensões materiais. Que nome estes nômades davam a si mesmos não sabemos. Não há dúvida de que eles pertenciam a diversos grupos tribais e tinham conseqüentemente vários nomes diferentes. Entretanto, não resta a menor dúvida de que eles faziam parte daquele grupo geral de povos semitas do Nordeste conhecidos como amoritas.

No início da Idade do Bronze, o progresso se restringia basicamente à planície costeira, ao fértil vale de Jezrael e ao Negueb, onde os egípcios estabeleceram entrepostos comerciais. Canaã era potencialmente rica e seu território tinha uma posição estratégica entre a Ásia e a África (ARMSTRONG, 2011).

Para John Bright (2003) a primeira metade do segundo século a.C. (aproximadamente 2000-1550) nos leva à idade das origens de Israel. Foi em determinado período, durante o curso destes séculos, que Abraão partiu de Harã, com sua família, seus rebanhos e sua manadas, para procurar terra e descendência.

Segundo John Bright

O problema de descrever as origens de Israel é inerente à natureza do material que temos à nossa disposição. Se é correto afirmar que a história só pode ser escrita com segurança se for baseada em documentos da época, é fácil perceber por que isso é assim, pois as narrativas patriarcais não são certamente documentos históricos contemporâneos aos acontecimentos que narram.²

Na Idade de Bronze recente, o Egito passou a ser Império. Durante este período, ele foi inquestionavelmente a nação dominante do mundo (BRIGHT, 2003).

² BRIGHT, John. História de Israel. São Paulo: Paulus, 2003, p.95.

Realmente não pode haver a menor dúvida de que os antepassados de Israel foram escravos no Egito e de lá escaparam de maneira incomum. Quase ninguém hoje duvida disso (BRIGHT, 2003).

Ao que os textos indicam, os hebreus desceram ao Egito por causa das boas condições de vida que aquele Império ostentava e devido a fome que passavam na Palestina, mas por terem muito pouco, sucumbiram a escravidão naquela terra.

Não podemos empreender a reconstrução dos detalhes da peregrinação de Israel no deserto, primeiramente porque os acontecimentos reais eram, sem dúvida, muito mais complexos do que indica a narrativa bíblica, e porque quase nenhum dos lugares mencionados podem ser identificados com certeza absoluta. Mas foi nesse período que Israel recebeu sua religião característica, que se tornou um povo. Disso, não há menor dúvida. (BRIGHT, 2003)

Quanto ao retorno dos hebreus à Palestina, John Bright ressalta que: “[...] a conquista representou um esforço concentrado de todo Israel e foi repentina, sangrenta e completa [...] levou toda a Palestina a submeter-se ao controle israelita [...]”³

O primeiro rei de Israel foi Saul, e em que pese fosse muito corajoso, modesto e magnânimo, sofria de uma instabilidade emocional muito grande que foi a causa de sua própria ruína. Com a morte de Saul, Davi passou a se tornar rei de Judá em Hebron e não havendo ninguém mais para pretender a casa de Saul, o povo correu a Davi e o clamou rei de todo Israel.

Jerusalém deixou de ser, durante o reinado de Davi, uma cidade-estado secundária e tornou-se a capital de um império. No reinado de Salomão, que se iniciou por volta de 970 a.C., adquiriu status regional e duplicou de tamanho. O exército equipado com bigas – a última palavra em tecnologia militar – e uma frota estacionada em Ezion Geber, no golfo de Ácaba (ARMSTRONG, 2011).

Com rapidez dramática, as conquistas de Davi transformaram Israel na maior potência da Palestina e da Síria. De fato, naquele momento, Israel foi provavelmente tão poderoso quanto qualquer potência do mundo de então. Nas palavras de John

³ BRIGHT, John. História de Israel. São Paulo: Paulus, 2003, p.164.

Bright: "O Império de Davi, embora não muito grande de acordo com os nossos padrões, era de um tamanho respeitável pelos padrões antigos".⁴

Antes de morrer, Davi ordenou que Salomão fosse sagrado rei.

Salomão tornou-se um negociante de armas, estabelecendo com o Egito e Cílcia um comércio de bigas e cavalos. A Bíblia nos diz que a rainha de Sabá (no atual Iêmen) foi visita-lo, atraída por sua fama de sábio. O episódio talvez reflita a importância de seu reino, pois, se começou a negociar no mar Vermelho, pode ter afetado a economia de Sabá. Salomão adquiriu aura de personagem legendária; consta que sua riqueza era imensa, e que possuía uma sabedoria prodigiosa.

O reinado de Salomão, ao que tudo indica, teria sido muito próspero, como se infere do trecho abaixo

A Notável Prosperidade na Era Salomônica

A rápida expansão da vida econômica de Israel sob o reinado de Salomão se deu a uma série de razões, dentre as quais a política, que era de grande importância. David havia estendido a esfera de influência de Israel, quer por tratados de amizade ou subjugação, portanto, no momento em que Salomão sucedeu ao trono da nação, esta possuía um vasto potencial para a expansão do comércio e ingresso de tributo. Salomão, exibindo sabedoria política e administrativa como seu pai, mostrou -se igual ao tirar o máximo de proveito da oportunidade única de expansão econômica que se apresentou a ele, e " em suas relações com outros povos ... manteve a política de seu pai."

Diplomacia Estrangeira de Salomão. O grande rei comercial de Israel cultivada cuidadosamente os laços de amizade que existia entre Israel e o importante reino de Tiro, reino este que obtinha grandes vantagens econômicas. Além disso, ele preservou, pelo menos, na última parte de seu longo reinado, quando a decadência se instalou em sua administração, a lealdade dos povos estrangeiros sujeitos ao seu reino, exceto os de Damasco e Edom. A lealdade dos povos estrangeiros sujeitos ao seu reino, realizado em grande parte graças aos casamentos reais, mas que levaram para cova os males religiosos (1 Reis 11 : 1-8) . A aliança primordial, dentre as alianças reais, era a com o Egito, que foi cimentada através de seu casamento com a filha do Faraó reinante (1 Reis 3 : 1-2) . Este governante possuía um poder considerável ,uma vez que era capaz de reivindicar e fazer cumprir parcialmente a autoridade sobre a Palestina.⁵

⁴ BRIGHT, John. História de Israel. São Paulo: Paulus, 2003, p.252

⁵ **The Remarkable Prosperity of the Solomonic Era**

The rapid expansion of Israel's economic life under Solomon was due to a number of reasons, among which the political was of great importance. Either by treaties of friendship or subjugation David had

A riqueza de Salomão foi empregada em numerosos projetos de construção. Mas o mais notável dos projetos de Salomão estava situado na própria Jerusalém. Além de instalações militares e outras obras, ele consistia de um exuberante complexo de estruturas, erguidas ao norte da velha muralha da cidade de Jebus, das quais a mais importante era o Templo. (BRIGHT, 2003)

Quanto ao Templo, John Bright ressalta que: “O Templo serviu para uma dupla finalidade. Era um santuário dinástico, ou capela real, e seu principal sacerdote era um escolhido do rei [...]; era também, como a Arca indicava, considerado como o santuário nacional do povo de Israel”.⁶

Davi unificou o Reino de Israel e sobre todas as tribos governou por cerca de quarenta anos. Depois dele Salomão manteve a união do reino e também governou por igual período de seu pai. O reinado de Salomão foi de paz por todos os lados.

Nas palavras de Karen Armstrong

Não se sabe exatamente como Davi conquistou Jerusalém: o texto bíblico é incompleto e obscuro. No entanto essa conquista foi um divisor de águas e seus efeitos repercutem até hoje. Uma cidade que até então tivera importância secundária em Canaã entrou para o âmbito da tradição que por fim resultaria no monoteísmo histórico. Com isso, ela se tornaria um dos lugares mais sagrados – e, portanto, um dos mais disputados – do mundo.⁷

extended the sphere of Israel's influence so that by the time Solomon succeeded to the throne the nation possessed a vast potential for expanding trade and inflow of tribute. Solomon, displaying political and administrative wisdom like his father, showed himself equal to taking full advantage of the unparalleled opportunity for economic expansion that presented itself to him, and "in his relations with other peoples...maintained his father's policy."

Solomon's Foreign Diplomacy. Israel's great commercial king carefully cultivated the ties of friendship which had existed between Israel and the important maritime kingdom of Tyre and which had great economic advantages. In addition he preserved at least the outward loyalty of subject peoples, except those of Damascus and Edom in the latter part of his long reign when decadence in his administration had set in. The outward loyalty of subject peoples was accomplished largely by royal marriages, which bound his satellites to him, but led to grave religious evils (1 Kings 11:1-8). Foremost among these royal alliances was that with Egypt, which was cemented by his marriage to the daughter of the reigning Pharaoh (1 Kings 3:1-2). This ruler possessed considerable power, since he was able to claim and partially enforce authority over Palestine (<http://www.theology.edu/lec17.htm>, tradução nossa).

⁶ BRIGHT, John. História de Israel. São Paulo: Paulus, 2003, p.268

⁷ ARMSTRONG, Karen. Jerusalém – Uma Cidade, Três Religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.63.

Quando Salomão morreu, por volta de 930 a.C., após um reinado de 40 anos, seu filho Roboão assumiu o trono, e imediatamente o desastre que Salomão temia se abateu sobre o Reino Unido de Israel e Judá.

Segundo o Antigo Testamento, a promessa de Deus era que a casa de Davi seria estabelecida em Israel. Porém, depois de Salomão, houve contenda entre o filho de Salomão, o rei Roboão, e Jeroboão, filho de Nebate, e o reino foi novamente dividido.

Avançando um pouco no tempo, já que o foco principal do trabalho não é a história, pulamos para o ano de 597 a.C, onde pode-se calcular como o ano da primeira conquista de Jerusalém por Nabucodonosor, como se abstrai do trecho abaixo

Não se sabia exatamente sobre a data da queda de Jerusalém até 1956, em que D.J. B. M. Wiseman decifrou o pergaminho 21.946, pelo qual pode ser calculado 597 a.C. como a data da primeira conquista de Jerusalém por Nabucodonosor, que colocou Zedequias no trono. Em apoio a este argumento reproduzimos alguns trechos de Wiseman.

No livro de Jeremias, ch. 39, vers. 1 e 2, lemos. "No ano nono de Zedequias, rei de Judá, no décimo mês, Nabucodonosor, rei de Babilônia, chegou com todo o seu exército contra Jerusalém e a sitiaram. No décimo primeiro ano do reinado Zedequias, no quarto mês, no nono dia do mês, foi aberta uma brecha na cidade e todos os príncipes do rei da Babilônia entraram nela ... "

Então, se Zedequias subiu ao trono em 597 a.C. é por causa de sua rebelião, Nabucodonosor tomou a cidade pela segunda vez no 11º ano de seu reinado, como disse Jeremias, subtraindo onze de 597, a destruição de Jerusalém e do Templo ocorreu em 586 a.C.

Por isso entendemos que, na verdade, os setenta anos de desolação de Jerusalém começou em 586, com a destruição do Templo de Yahuh e durou até 516, com a inauguração do novo templo. Whitley também concorda com isso em seu trabalho *Vetus Testamentum* vol. IV p. 60-62.⁸

⁸ La fecha de la caída de Jerusalén no se conoció con exactitud hasta el año 1956, en el que D.J. Wiseman descifró la tableta B.M. 21946, por la que puede calcularse el año 597 a.C. como la fecha de la primera conquista de Jerusalén por Nabucodonosor, que colocó a Sedequías en el trono. En apoyo de este argumento reproducimos algunos pasajes del libro de Wiseman. En el libro de Jeremías, cap. 39, vers. 1 y 2, leemos: "En el año noveno de Sedequías, rey de Judá, en el décimo mes, Nabucodonosor, el rey de Babilonia, llegó con todo su ejército contra Jerusalén y la sitiaron. En el año once de Sedequías, en el cuarto mes, en el día noveno del mes, se abrió una brecha en la ciudad y

A destruição de Jerusalém e seu Templo foi o fim do mundo para os judeus. Jerusalém se tornou um deserto. O povo de Judá se tornou objeto de escárnio pelos gentios. Os que morreram em 586 a.C. tiveram sorte. Nas palavras de Karen Armstrong: “[...] agora pessoas criadas no luxo buscavam comida nos montes de lixo; mulheres compassivas matavam e cozinhavam os próprios filhos. [...] Jerusalém, a cidade santa, tornara-se impura”.⁹

John Bright explica que

Depois da destruição de Jerusalém, os babilônios organizaram Judá de acordo com o sistema provincial do império. O país tinha ficado completamente arrasado: suas cidades destruídas, sua economia arruinada, seus cidadãos mais importantes mortos ou deportados, sobrevivendo apenas a população composta principalmente por camponeses, pobres, incapazes de causar qualquer distúrbio.¹⁰

Em 586 a.C., Nabucodonosor venceu a resistência judaica. Ele saqueou Jerusalém e destruiu o Templo. Para enfraquecer a resistência, Nabucodonosor transportou todos os judeus importantes para sua capital, Babilônia. Alguns judeus continuaram lutando entre as ruínas. Outros fugiram para o Egito. Quando os judeus chegaram à magnífica cidade da Babilônia, foi difícil acreditar no que viam. Nas palavras de Stanley Mack: *“Templos altíssimos, viçosos jardins suspensos, palácios gigantescos, portões espetaculares e ruas lotadas de gente”*.¹¹

Como as evidências arqueológicas testificam eloquentemente, todas, ou virtualmente todas as cidades fortificadas no interior de Judá foram arrasadas, em muitos casos para não serem nunca mais reconstruídas. Somente no Negueb, aparentemente separado de Judá em 597, e na área próxima da fronteira norte, que

todos los príncipes del rey de Babilonia entraron en ella...” Entonces, si Sedequías subió al trono en el año 597 a.C. y a causa de su rebelión, Naducodonosor tomó la ciudad por segunda vez en el año 11 de su reinado, como dice Jeremías, encontramos que restándole los once años a los 597, la destrucción de Jerusalén y del Templo ocurrió en el año 586 a.C. Con esto comprendemos que en realidad los setenta años de la desolación de Jerusalén comenzaron en el año 586, con la destrucción del Templo de Yahúh y duraron hasta el 516 con la inauguración del nuevo Templo. Whitley también concuerda con esto en su obra *Vetus Testamentum* vol. IV pag. 60 a 62. (<http://www.lavia.org/espanol/archivo/586sp.htm>, tradução nossa)

⁹ ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém – Uma Cidade, Três Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.112.

¹⁰ BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003, p.397

¹¹ MACK, Stanley. *A História dos Judeus*. São Paulo: Via Lettera, 2009, p.56

pode ter sido parte da província babilônica de Samaria, algumas cidades escaparam da destruição. A população do território foi evacuada. Além dos que foram deportados para a Babilônia, milhares devem ter morrido nos campos de batalha, de fome ou de doença.

Alguns judeus se adaptaram facilmente na Babilônia, enquanto outros ficaram nostálgicos. Inspirados pelo profeta Ezequiel, os judeus da Babilônia tiveram a ideia de criar a Sinagoga – um lugar comunitário para se reunir e rezar, liderados por mestres leigos (os primeiros rabinos). (MACK, 2009)

Nabucodonosor havia governado a Babilônia por cerca de 40 anos, mas após sua morte, em 562 a.C., seguiu-se uma sucessão de 4 curtos reinados que duraram um total de 24 anos, até 528 a.C.¹²

Sucessivos e breves reinados em curto espaço de tempo, indicam alta instabilidade governamental, que leva ao enfraquecimento de reinos e impérios, abrindo espaço para novos conquistadores. Foi assim que, entre os anos 559 e 549 a.C., Ciro liderou as tribos em uma vitoriosa campanha militar contra os *médos*, conquistando o reino da Média, iniciando a expansão do Império Persa. Durante o mesmo período, enquanto o Império Persa vive sua ascensão, os babilônios vivem seu declínio. Ainda no primeiro ano após a conquista persa sobre a Babilônia, Ciro emitiu um decreto onde permitia o retorno dos judeus a Jerusalém e *Yehudá*, onde se tornaria um Estado Tributário da Persa, embora com autonomia governamental.¹³

Na verdade, os judeus não foram a única nação a se beneficiar de decreto de Ciro. Sabemos disso graças a uma das mais importantes descobertas arqueológicas do século XIX: o Cilindro de Ciro.¹⁴

O Cilindro de Ciro é um documento escrito em acádico, que contém exatamente o decreto do rei persa, permitindo o retorno das diversas nações capturadas pelos

¹² UNIBES. 500 Anos da História Não Documentada. São Paulo, UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM ESTAR SOCIAL, 2016.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

abilônios a suas terras natais. Foi descoberto em 1879 pelo arqueólogo Hormuzd Rassam, que trabalhava em uma escavação britânica, e está até hoje exposto no Museu Britânico.¹⁵

Quando os judeus retornaram a Jerusalém e *Yehudá* deram continuidade às obras de construção do Segundo Templo de Jerusalém, iniciadas em 536 a.C., já que o primeiro havia sido destruído com a invasão babilônica.

O Templo ficou finalmente pronto em 515 a.C., sendo inaugurado durante a festa de *Pêssach* daquele ano.¹⁶

Em 335 a.C. Alexandre O Grande marchou do Ocidente levando consigo a cultura grega. Derrotou os persas e criou um império que chegou à Índia. Nove anos depois, Alexandre morreu. Em 175 a.C., Judá pertencia a um reino sírio que amava tudo o que fosse grego. (MACK, 2009)

Os macabeus lideraram uma revolta que cresceu até se tornar uma rebelião judaica em massa contra todo o império sírio. Em 162 a.C., os macabeus surpreenderam os sírios ao retomarem Jerusalém. O império sírio começava a desfazer e, quando os irmãos macabeus se aliaram a Roma, os sírios desistiram de Judá. (MACK, 2009)

Mais uma vez os judeus estavam no comando do seu próprio país, mas não por muito tempo. Os governantes eram hasmoneus, da linhagem sacerdotal macabeia. O último monarca hasmoneu foi uma mulher, a rainha Salomé Alexandra e seu reinado foi uma época de ouro para os judeus. (MACK, 2009)

Quando Alexandra morreu, seus filhos lutaram pela coroa. Cada um dos irmãos pediu ajuda à poderosa Roma. Porém, em 67 a.C., Roma tomou Judá para si, mudou seu nome para Judeia e a fez parte do grande Império Romano. Em 37 a.C., nomeou um político local, Herodes, rei dos judeus. (MACK, 2009)

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem, p. 18

Herodes construiu muito, cobrou muitos impostos e impôs tudo o que era grego. Construiu para si uma fortaleza campestre numa rocha imensa chamada Massada, perto do mar morto. Ele ampliou o Templo até ficar maior que o de Salomão. (MACK, 2009)

Em 131 d.C. o imperador Adriano proibiu a prática da religião judaica. Reconstruiu Jerusalém como uma cidade romana e dedicou um templo ao Deus júpiter. O império romano arruinou os judeus. Em 135 d.C. a Judeia se extinguiu e passou a ser chamada de Síria Palestina. Os prisioneiros judeus foram levados para os mercados de escravos de Roma (e estariam entre os ancestrais mais antigos dos judeus europeus). Os judeus, agora errantes sem terra, puseram o pé na estrada, unindo-se a outros judeus que haviam deixado a Judeia em épocas anteriores. Juntos, formaram a diáspora. (MACK, 2009)

Afirma Leandro Karnal

Após várias revoltas, os romanos reprimiram a Palestina, destruindo Jerusalém e espalhando o povo judeu por todo o mundo mediterrânico. Desde o Império Romano até 1948, os judeus não tinham um Estado e moravam em quase todos os países da Europa, África, Ásia e América. É a grande Diáspora, a dispersão do povo judeu pelo mundo. A Diáspora foi um período de intensa produção literária e científica dos judeus, mas também de grandes dores, como a perseguição da Igreja e dos Estados católicos e os horrores do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁷

Na Idade Média, enquanto a Europa estava voltada para si mesma com o regime feudal, os árabes cresciam de todas as formas. Cidades árabes com iluminação, casas de banho e universidades. Na ciência o progresso muçulmano foi admirável. (KARNAL, 1994)

Os islamitas haviam criado um sistema que permitiu, pela primeira vez, a convivência de judeus, cristãos e muçulmanos em Jerusalém. Desde que os judeus retornaram do exílio na Babilônia, os monoteístas passaram a vincular a santidade da cidade à exclusão de estrangeiros. Os maometanos, porém, tinham uma ideia mais abrangente do sagrado: a coexistência das três religiões de Abraão, cada qual

¹⁷ KARNAL, Leandro. Oriente Médio. São Paulo: Editora Scipione, 1994, p.16.

ocupando um espaço próprio e realizando o culto em templos próprios, refletia sua visão da continuidade e da harmonia de toda religião corretamente orientada, que só podia derivar de um único Deus. A coabitação numa cidade sagrada para as três crenças podia promover um melhor entendimento entre os monoteístas. Infelizmente essa possibilidade não se concretizou. Havia na situação uma tensão inerente. Durante mais de seiscentos anos judeus e cristãos se digladiaram, sobretudo no tocante a Jerusalém. Cada qual acreditava que o outro estava errado, e a convivência na Cidade Santa não acalmou os ânimos. (ARMSTRONG, 2011)

Em 771 d. C., os muçulmanos chegaram à Espanha e derrotaram os visigodos. Os judeus da Espanha, que haviam sido tratados com justiça pelos bárbaros, até o rei visigodo se tornar cristão receberam bem os invasores muçulmanos. Os muçulmanos, que toleravam o cristianismo e o judaísmo, logo fizeram uso das habilidades dos judeus. Para os judeus foi uma época de ouro e de realizações. (MACK, 2009)

Após a batalha de Manzikert, em 1071, os bizantinos perderam quase toda a Ásia Menor para os Seldjúcidas e constataram que o Islã estava praticamente à sua porta. O poderio dos turcomanos, contudo, declinava e o imperador Aleixo I Comneno acreditava que algumas campanhas vigorosas os aniquilariam para sempre. No início de 1095, o monarca bizantino pediu ajuda militar ao papa Urbano II, esperando receber alguns destacamentos dos mercenários normandos que já haviam lutado para ele. O pontífice, porém, tinha planos mais ambiciosos. Dirigindo-se aos clérigos, aos cavaleiros e aos pobres da Europa no Concílio de Clermont, pregou uma guerra santa de libertação. (ARMSTRONG, 20011)

Nas palavras de Karen Armstrong

Não temos nenhum registro contemporâneo de suas palavras textuais, mas provavelmente Urbano via essa expedição – que depois recebeu o nome de Primeira Cruzada – como uma peregrinação armada, semelhante às três grandes multidões de fiéis que se dirigiram à Cidade Santa no decorrer do século XI [...]. A reação foi extraordinária, generalizada e imediata. Pregadores famosos difundiram a ideia, e na primavera de 1096 cinco exércitos de aproximadamente 60 mil

soldados tomaram o rumo de Jerusalém [...]. A maioria morreu na perigosa viagem pela Europa oriental.¹⁸

A maioria dos participantes perdia tudo o que tinha e precisava de muito idealismo para sobreviver. Esse idealismo tinha, porém, um lado sombrio. Logo se evidenciou que a vitória de Cristo significaria morte e destruição para outras crenças. Na primavera de 1096, um bando de cruzados alemães massacrou as comunidades judaicas de Speyer, Worms e Mainz, situadas às margens do Reno. Certamente não era essa a intenção do papa, mas os cruzados agiam mesmo assim. Para Karen Armstrong: “ O fascínio da Jerusalém cristã contribuiu, portanto, para fazer do antissemitismo europeu uma doença incurável”.¹⁹

Massacraram 10 mil muçulmanos e passaram à espada os judeus que reuniram na sinagoga, praticamente não deixando sobreviventes. Nas palavras de Karen Armstrong: ““Os cruzados mataram todos os sarracenos e os turcos que encontraram”, escreveu com aprovação o autor *Gesta Francorum*”.²⁰

O sangue literalmente corria pelas ruas. Nas palavras de Karen Armstrong: ““Cabeças, mãos e pés se amontoavam”, informa o provençal Raymond de Aguiles, testemunha ocular da matança. Longe de apiedar-se, ele interpretou a carnificina como um sinal do triunfo do cristianismo”.²¹

Em 2 de outubro de 1187, Saladino entrou em Jerusalém na condição de conquistador e manteve sua palavra de que nenhum cristão seria morto. Diante disto, o ocidente tinha plena e incômoda consciência de que esse governante maometano agira de modo muito mais “cristão” do que os cruzados quando conquistaram Jerusalém. (ARMSTRONG, 2011)

Karen Armstrong assevera

Saladino também convidou os judeus a retornarem à cidade da qual haviam sido praticamente banidos, e em troca todo o mundo judaico o

¹⁸ ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém – Uma Cidade, Três Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.333.

¹⁹ ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém – Uma Cidade, Três Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.334.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

aclamou como o novo Ciro. As Cruzadas não só inspiraram uma nova *jihād*, como deram origem a uma forma de sionismo entre os judeus da Europa e do Império Islâmico. [...] Judah Halevi [...] convenceu de que os judeus deviam voltar à pátria de seus ancestrais, que era seu verdadeiro lugar no mundo. [...] Só na Palestina os judeus podiam manter seu vínculo criador com o divino e preservar sua verdadeira identidade. [...] Quando se sentem hostilizada no meio em que vivem, física e espiritualmente deslocadas no mundo, as pessoas tendem a buscar alívio em suas raízes.²²

Durante a Idade Moderna, os turcos otomanos dominaram quase toda a área que hoje chamamos de Oriente Médio, inclusive o que chamamos hoje de Israel, estabelecendo um império com capital em Istambul (antiga Constantinopla) e com muita força nos séculos XVI e XVII. A partir de então, começou uma longa decadência do Império Otomano, que iria, doente, arrastar-se até o final da Primeira Guerra Mundial. (KARNAL, 1994)

Aliado da Alemanha, o Império Otomano foi derrotado e repartido em vários países, a maioria dos quais passou para o domínio europeu, como a Palestina (sob controle inglês) e a Síria (sob controle francês). É a partir desse momento que a situação do Oriente Médio assume as características que pertencem até hoje. (KARNAL, 1994)

Em 1916, os ingleses chegaram à conclusão de que uma vitória espetacular no Oriente Próximo acabaria com o impasse da guerra de trincheira na França. O General Edward Allenby, a quem o primeiro-ministro Lloyd George recomendara que conquistasse Jerusalém para oferecê-la ao povo britânico como presente de Natal. Em outubro de 1917, Allenby tomou Gaza e deu início a seu avanço sobre Jerusalém. Em nome do governo de Sua Majestade garantiu aos habitantes locais que protegeria os lugares santos e preservaria a liberdade religiosa das três crenças de Abraão. Resumindo de maneira bem clara, havia completado a obra dos cruzados. (ARMSTRONG, 2011)

Dessa maneira, em 1917, quando a guerra virou a favor dos aliados, a Grã-Bretanha invadiu o império otomano, derrotou a Turquia e ocupou a Palestina (MACK, 2011)

²² Ibidem.

A Declaração Balfour considerava a criação na Palestina de lar nacional para o povo judeu. Sinais de insatisfação chegavam também do exterior. O Vaticano expressou seu interesse em que Jerusalém, agora conquistada pelos ingleses, permanecesse em poder dos cristãos. (ARMSTRONG, 2011)

Em 1945 o Reich Alemão se rendeu e Hitler se matou. Até então, os nazistas já tinham assassinado 11 milhões de pessoas. Seis milhões eram judeus. Desses, um milhão e meio eram crianças. (MACK, 2011)

Em 14 de maio de 1948, Ben-Gurion presidiu, no museu de Tel Aviv, a cerimônia que proclamou a criação do Estado de Israel. (ARMSTRONG, 2011)

Diante da hostilidade árabe e da vacilação inglesa, os judeus formaram o seu próprio exército de defesa, a Haganá. Na década de 1930, os judeus europeus, fugindo à violência nazista, partiram para a Palestina. Ao mesmo tempo, os distúrbios árabes contra os judeus aumentavam. (ARMSTRONG, 2011)

Após a contextualização histórica, entramos nos próximos capítulos da história recente do Estado de Israel, que abrangem o propriamente dito tema relatado neste trabalho.

CAPÍTULO 2. HISTÓRICO DA REALIDADE NO ORIENTE MÉDIO

No processo de composição de países, nações europeias como a França e a Inglaterra levaram em conta mais os seus interesses imperialistas do que as necessidades reais dos países do Oriente Médio. Esses interesses imperialistas somaram-se a rivalidades internas no Oriente Médio, numa combinação desastrosa. (KARNAL, 1994)

Vejamos exemplos para tornar essa ideia mais clara. A formação da França, por exemplo, nasceu de guerras (como a dos 100 anos), de interesses de um rei em centralizar o poder (como Francisco I), de interesses comerciais (como os da burguesia francesa, que queria a formação de um mercado nacional) e de elementos culturais (como a imposição da religião católica sobre dezenas de outras crenças religiosas e do francês sobre dezenas de outras línguas que existiam no território que conhecemos como França. (KARNAL, 1994)

Esse processo não ocorreu no Oriente Médio. A unificação política (como produzida pelos turcos otomanos sobre o Oriente Médio) não produziu um Estado Nacional. As realidades locais e as diferenças entre cada parte do império permaneceram com grande força. As realidades tribais e locais permaneceram. Alguns elementos de unidade, como a língua árabe e a religião muçulmana foram suficientes para estabelecer essa unidade. O chamado pan-arabismo, tentativa de reunir os países árabes, sempre esbarrou nesses imensos problemas. (KARNAL, 1994)

Um homem que viveu profundamente a realidade do Oriente Médio, Thomas L. Friedman, escreveu que a realidade local é mais forte do que a nacional. “As tribos, clãs, seitas, vizinhança, cidades e regiões rurais não conseguiam meios de equilibrar a intimidade e coesão de seus grupos de tipo tribal com as exigências do Estado-Nação que seria governado por determinadas leis e valores neutros, com os quais todos concordassem. A maioria dos povos dessa região simplesmente não conseguiu alcançar o nível de consenso requerido por tal organização política.” (KARNAL, 1994)

O autor quer dizer que a realidade do pequeno grupo (uma aldeia, por exemplo) não podia conviver bem com a realidade do grande grupo (o Estado-Nação). A realidade política e a evolução do Oriente Médio foram diferentes da Europa; porém, a Europa fez surgir países como a Jordânia, que o ministro inglês Churchill confessou ter nascido duma discussão numa tarde de domingo em Londres. (KARNAL, 1994)

Isso não significa que os povos do Oriente Médio sejam inferiores politicamente em relação aos de outras regiões, até porque isso seria uma visão superficial e orientalista; entenda-se orientalista sob o ponto de vista de Edward Said. Significa apenas que sua evolução política seguiu caminhos diversos e não combina com as soluções apresentadas pela Europa.

O Estado de Israel, objeto de estudo deste trabalho, parece estar mais adaptado à forma de Estado-Nação quando comparado aos outros vizinhos. É de se destacar que o perigo que cerca Israel diariamente é uma das causas que ajuda a unir a nação.

Em pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas em 08 de outubro de 1968, o Ministro das Relações Exteriores de Israel, Abba Eban afirmou “aqui nós temos a maior ligação histórica e tenaz entre um povo e uma terra. E um líder árabe vem falar de Israel como se fosse uma exibição internacional temporária que devesse ser derrotada e removida”.²³

Outro elemento importante é a origem dos imigrantes que o formaram: muitos vieram de tradições europeias, habituados, pois, ao Estado Nacional. Judeus de origem alemã, polonesa ou francesa formaram-se familiarizados com conceitos como nacionalismo, partidos e eleições. (KARNAL, 1994)

O que acontece no Oriente Médio não é muito diferente do que ocorre em outras áreas, como a África e o Sudeste Asiático, ou das dificuldades da Índia de viver em harmonia com o modelo político parlamentarista de matriz britânica. A importância

²³ *Here we have the oldest and most tenacious link in all human history between a people and a land. And na Arableader speaks of Israel as though it were a temporary international exhibition to be folded up and taken away* (LUKACS, 1984, p. 80. tradução nossa).

estratégica e econômica do Oriente Médio é que transforma esses problemas numa questão mundial. (KARNAL, 1994)

É de extrema importância visualizar como se deu esse processo de composição de Israel e sua contextualização histórica como um todo para melhor compreender as razões deste conflito e evitar, assim, as conclusões precipitadas, muito presentes no nosso cotidiano.

Analisando o conflito em si deparamo-nos com um impasse que parece não ter fim. Esse impasse é bem ilustrado na entrevista de Amos Oz ao jornal britânico “Independent”, sendo que na ocasião se referem ao escritor Israelense como a voz da razão de Israel, onde o mesmo assevera

O conflito entre Judeus Israelenses e Árabes Palestinos é uma tragédia, não um filme violento do ocidente, onde há mocinhos e vilões. É uma tragédia porque é um conflito entre o certo e o certo. Os Israelenses estão em Israel porque eles não têm mais para onde ir. Os Palestinos estão na Palestina porque eles não têm mais para onde ir. Este é um conflito entre vítimas e entre pessoas que tem uma única reivindicação sobre essa terra.²⁴

Na maior parte das vezes quando nos deparamos com relatos cotidianos sobre o conflito podemos ver uma ideia estagnada sobre o tema: ou de que os Judeus Israelenses são os ocidentais invasores ou, o contrário, de que os Árabes Palestinos é que são terroristas invasores, quando na verdade não é nem uma coisa e nem outra. Existem nuances desse conflito, aspectos sutis que passam despercebidos pelas lentes dos jornais internacionais. Nesse sentido, é de se ressaltar o mínimo de convivência e paz que se observa nas Universidades em Tel Aviv e Jerusalém, onde, por exemplo, pode-se testemunhar garotas muçulmanas de *hijab* realizando pesquisa em curso de nível superior ao lado de judeus praticantes de *kipá* ou de jovens judeus negros advindos da Etiópia. Nem tudo o que vemos ou pensamos sobre o Oriente Médio é na realidade exatamente daquela maneira como nos é passado, pois muitas

²⁴ "that the clash between Israeli Jew and a Palestinian Arab is a tragedy, not a wild west movie, with good guys and bad guys. It's a tragedy, because it is a clash between right and right. The Israelis are in Israel because they have nowhere else to go. The Palestinians are in Palestine because they have nowhere else to go. This is a conflict between victims, and between people who both have a just claim to the land." (<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israels-voice-of-reason-amos-oz-on-war-peace-and-life-as-an-outsider-1648254.html>, tradução nossa)

coisas são a nós relatadas por meio de lentes viciadas num mesmo pensamento influenciado pela maneira preconceituosa ocidental de ver e interpretar o Oriente.

Em outra entrevista do escritor Amos Oz ao mesmo jornal, é possível observar a seguinte frase

Tudo o que queremos é que a opinião pública tenha uma percepção bem clara de que a real batalha não é travada entre Israelenses e Palestinos, mas entre pessoas que estão interessadas em aceitar um compromisso pragmático e, pessoas, dos dois lados, que não estão interessadas em aceitar.²⁵

Na mesma entrevista, em relação a divisão em dois Estados: um Árabe e um Judeu, Oz acrescenta

Eu sempre mantive a opinião de que a solução é a divisão e isso tem que ser feito através de linhas demográficas.
Talvez mudem a linha de lugar, mas a terra permanecerá tendo que ser dividida em 60% para os Israelenses e 40% para os Palestinos – ou talvez isto se torne 50%-50% com o tempo. Cedo ou tarde, o Sr. Oz acredita que Israel terá que fazer tal acordo.

2.1. A Partilha da Palestina

Os palestinos, como diz o nome, habitam a região da Palestina, onde hoje está, grosso modo, o Estado de Israel. Os palestinos – muçulmanos em sua maioria – atualmente constituem um dos mais sérios pontos de choque no Oriente Médio: a luta por um Estado. (KARNAL, 1994)

O maior problema dos palestinos começou no final do século XIX, quando o líder fundador do movimento sionista, Theodor Herzl, incentivou os judeus a adquirir terras na Palestina. Ali fundaram diversas colônias agrícolas, tendo como objetivo final estabelecer um Estado judeu independente. (KARNAL, 1994)

²⁵ "Maybe they will move the line, but the land will still have to be shared 60 per cent for the Israelis, 40 per cent for the Palestinians - or maybe it will be 50-50 in 10 years' time." Sooner or later, Mr Oz believes, Israel will have to make such a deal." (<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/amos-oz-i-have-always-maintained-the-solution-is-partition-91395.html>, tradução nossa)

Dessa maneira, dois povos – judeus e palestinos – desejavam as mesmas terras, cada qual com os seus motivos históricos. (KARNAL, 1994)

Um dos grandes preconceitos contra o Oriente Médio é considera-lo uma área problemática devido aos choques entre diferenças culturais e étnicas. Não há nenhuma grande região no mundo em que os habitantes sejam absolutamente iguais. Em geral, o nacionalismo, força política do século XIX que parecia ter diminuído no século XX, está associado a problemas econômicos e sociais. É mais comum que as pessoas pensem em separação nos períodos de crise do que nos de apogeu econômico. Por vezes, os problemas econômicos são agravados pela exploração de um governo central ou os povos que constituem minoria não são ouvidos politicamente.

Leandro Karnal explica que “(...) no Oriente Médio, onde várias fronteiras foram definidas sem que ninguém da região desse sua opinião, esse problema apresenta ainda nova intensidade”. (KARNAL, 1994, p. 48)

Fugindo ao terror nazista durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de judeus migraram da Europa para a Palestina. No fim da guerra, em 1945, o mundo inteiro se achava abalado diante do extermínio de seis milhões de judeus pelos nazistas. (KARNAL, 1994)

Em 29 de novembro de 1947, a ONU fazia uma partilha do território da Palestina, dividindo-o entre árabes e judeus e tornando Jerusalém uma cidade internacional. Em 14 de maio de 1948, tomando a frente dos acontecimentos, David Ben Gurión proclamava o Estado de Israel no Museu Tel-Aviv. Os países árabes vizinhos organizaram imediatamente uma guerra. Começava a primeira guerra oficial entre árabes e israelenses. (KARNAL, 1994)

A velha Jerusalém, três vezes santa, foi um palco privilegiado das contradições dessa guerra. Os dois lados praticavam uma luta quase corpo a corpo nas ruas estreitas da cidade. O Bairro Judeu foi tomado pela Liga Árabe e várias sinagogas foram incendiadas. Os soldados israelenses disparavam contra as lojas árabes,

matando civis. Após muitos combates, a colina de Kastel foi dominada pelos israelenses, favorecendo o domínio da cidade de Jerusalém. (KARNAL, 1994)

Para Leandro Karnal:

Após várias tréguas e retomadas de combate, a vitória israelense estava assegurada. Em 1949, os países árabes pediam a paz. Israel crescera muito além do que a ONU tinha estipulado, ocupando, inclusive, metade da cidade de Jerusalém. O Estado árabe da Palestina era um sonho que a guerra destruíra.²⁶

A guerra de independência de Israel, como todas as seguintes, leva-nos a perguntar sobre os motivos da vitória. Como é que um Estado pequeno como Israel, recém-formado, enfrentou e venceu tantas vezes alianças tão fortes? Uma das respostas é a falta de unidade na aliança árabe. Outro elemento importante é o apoio externo. Apesar das ambiguidades e do jogo duplo, os EUA favoreceram a manutenção do Estado de Israel. E aqui devemos levar em conta o *lobby* judeu norte-americano. Um *lobby* é um grupo de pessoas que faz pressão junto a quem tem poder para conseguir alguma coisa. A grande população de origem judia nos EUA fez seguir um processo de *lobby* dentro dos Estados Unidos. Consequentemente, qualquer presidente norte-americano que quisesse os numerosos votos dos judeus, deveria incluir em seu discurso planos de apoio ao Estado de Israel. (KARNAL, 1994)

O Estado de Israel contaria 14 942 km² e o Estado palestino, 11 203 km² (56,47% e 42,88% da Palestina, respectivamente). Porém, com a guerra de independência de Israel e os conflitos seguintes, o sonho de um Estado palestino permaneceu apenas uma proposta no papel. Israel e outros países como Egito e Síria ocuparam as áreas que originalmente tinham sido destinadas para o Estado palestino. (KARNAL, 1994)

Em 1950, quando a imprensa mundial destacava o drama de um povo sem pátria, a ONU aprovou a criação do Organismo de Ajuda e de Trabalho das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA), que deveria organizar

²⁶ KARNAL, Leandro. Oriente Médio. São Paulo: Editora Scipione, 1994, p.27.

acampamentos e providenciar cuidados médicos e educacionais. Segundo Helena Salem, o grande sucesso da UNRWA estava na área da educação, pois o programa da ONU conseguiu transformar o índice de alfabetização do povo palestino no mais elevado do mundo árabe. (KARNAL, 1994)

O drama do povo palestino gerou a organização de vários movimentos de resistência geralmente apoiados pelos países árabes, que usaram a causa palestina como arma contra Israel e como bandeira internacional. (KARNAL, 1994)

Em maio de 1964, surgiu o mais famoso movimento de resistência, a Organização para a Libertação Palestina (OLP), cuja proposta básica era implantar um Estado palestino. (KARNAL, 1994)

Afirma Leandro Karnal

Recebendo amplo apoio de alguns países árabes, na Jordânia, por exemplo, o rei Hussein permitiu a existência de uma forte organização palestina, que chegou a constituir um “segundo Estado” daquele país. O poder da OLP cresceu tanto na Jordânia que o rei Hussein decidiu acabar com ela, promovendo uma grande repressão aos palestinos em setembro de 1970. O chamado Setembro Negro mostrou a falta de unidade entre os árabes e a necessidade de a OLP seguir seu próprio caminho.²⁷

A repressão jordaniana colaborou para que muitos palestinos fossem se instalar no sul do Líbano. A concentração na fronteira entre Líbano e Israel não podia ser bem vista pelos judeus. Em 1982 começava uma invasão do Líbano tendo como pretexto a presença palestina. (KARNAL, 1994)

A reação palestina aumentou após a invasão do Líbano através do movimento chamado Intifada, resistência ao domínio israelense promovida principalmente pela população civil das áreas ocupadas por Israel. Alguns modos de realizar uma intifada são: a recusa dos civis em colaborar com os judeus, com pedradas e sabotagens às organizações israelenses, com greves e outras formas, pacíficas ou não, de enfrentar o inimigo. (KARNAL, 1994)

²⁷ KARNAL, Leandro. Oriente Médio. São Paulo: Editora Scipione, 1994, p.50.

Grupos mais radicais de palestinos optaram também pelo caminho do terrorismo, especialmente contra Israel e seus aliados. A vida e a propriedade de cidadãos israelenses em todo o mundo passaram a conviver com a eterna perspectiva de atentados. A relação da OLP com os atos terroristas é ambígua. Líderes mais moderados, como Yasser Arafat, passaram a afirmar publicamente na década de 70 a condenação do terrorismo como forma de combate. Por outro lado, tanto Israel como os EUA identificaram Arafat e a OLP como agentes terroristas. A existência de grupos variados dentro da OLP torna ainda mais difícil afirmar algo objetivo sobre esse tema. (KARNAL, 1994)

Há um fato inegável em relação à OLP. Seu líder, Yasser Arafat, conseguiu dar à organização uma presença quase oficial em muitos lugares do mundo. Em 1973, a Conferência da Cúpula Árabe reconheceu a OLP como a única representante do povo palestino. Em dezembro de 1974 Yasser Arafat foi recebido na ONU com honras de chefe de Estado e, ao longo da década de 70, a OLP abriu vários escritórios diplomáticos, inclusive no Brasil.

2.2. Refugiados Palestinos

A criação do Estado de Israel gerou reflexos demográficos na região, fazendo com que muitos Palestinos que lá habitavam se deslocassem dali na qualidade de refugiados.

Durante quase seis décadas foram negados aos refugiados palestinos aspectos críticos da proteção internacional e que permanecem até hoje sem uma solução duradoura para sua condição. Os palestinos compreendem uma das maiores e mais antigas populações de refugiados ou "semelhantes a refugiados" do mundo - estima-se que aproximadamente dois em cinco refugiados no mundo sejam palestinos. (AKRAM, DUMPER, LYNK & SCOOBIE, 2011)

As questões mais importantes que os direitos humanos e os princípios do direito dos refugiados abordam é a questão de saber se os palestinos são refugiados

ou apátridas sob a definição jurídica internacional desses termos e, em caso afirmativo, quais os direitos que os Estados devem implementar como consequência desse status; se eles têm o direito de retornar aos seus locais de origem, a restituição de bens ou compensações por perdas; e quais as obrigações que os estados têm de implementar estes ou outros direitos na busca de uma solução duradoura. (AKRAM et al., 2011)

Aproximadamente 1,3 milhão de refugiados palestinos são residentes de 59 campos de refugiados oficiais espalhados pela Cisjordânia, Gaza, Jordânia, Líbano e Síria, estabelecidos e administrados pela UNRWA. A maioria das populações do acampamento são dos refugiados de 1948 e seus descendentes, enquanto o resto são dos refugiados de 1967 e seus descendentes.²⁸

A definição jurídica internacional de refugiado é, no seu núcleo, uma determinação sobre quem é incapaz ou não está disposto a obter proteção nacional e, portanto, merece a proteção da comunidade internacional. De acordo com as principais disposições internacionais que definem refugiados e outros "merecedores de proteção internacional".²⁹

A realidade em curso para os refugiados palestinos é uma das condições extremamente vulneráveis, particularmente no mundo árabe. A maioria dos estados da Liga Árabe não são signatários dos instrumentos internacionais que garantem os direitos dos refugiados e apátridas. Assim, o documento mais importante a este respeito é o Protocolo de Casablanca de 1965 da Liga dos Estados Árabes, que exige que os signatários do Estado árabe garantam aos palestinos em seus territórios o mesmo tratamento em relação a emprego, a liberdade de circulação entre estados árabes, a concessão e renovação documentos de viagem, liberdade de residência e

²⁸ *Approximately 1.3 million Palestinian refugees are residents of 59 official refugee camps scattered throughout the West Bank, Gaza, Jordan, Lebanon, and Syria, established and run by UNRWA. The majority of the camp populations are 1948 refugees and their descendants, while the rest are 1967 refugees and their descendants.* (AKRAM et al, 2011, p. 18, tradução nossa)

²⁹ *The international legal definition of refugee is, at its core, a determination about who are unable or unwilling to obtain national protection, and thus deserve the protection of the international community. Under the main international provisions that define refugees and others "deserving of international protection".* (AKRAM et al, 2011, p. 24, tradução nossa)

direitos de sair e retornar como eles dão aos seus próprios nacionais. (AKRAM et al., 2011)

Em comparação com as disposições dos instrumentos internacionais, como a Convenção sobre os Refugiados, o chamado Protocolo de Casablanca, que fornece mais garantias em vários aspectos. No entanto, o grau em que os Estados árabes cumpriram essas obrigações dependeu principalmente do ambiente político que afetava as atitudes para os palestinos em seus territórios, e não no cumprimento dos padrões do tratado. (AKRAM et al., 2011)

Em termos gerais, a maioria dos palestinos nos estados árabes são tratados como estrangeiros, na medida em que não conseguem obter o status de residência permanente ou qualquer tipo de garantia de residência, mesmo que se casem com mulheres do país ou tenham filhos nascidos nesse país árabe.³⁰

O movimento entre estados árabes é extremamente restrito devido à falta de documentos de viagem e de residência; O emprego é restrito em muitos estados, assim como a habitação, o acesso ao ensino depois do ensino primário e o reagrupamento familiar. (AKRAM et al., 2011)

Com este conjunto de critérios, os palestinos no Líbano têm as piores condições. Eles são restritos a viver em campos de refugiados superlotados, de qualidade inferior, insalubres e muitas vezes perigosos. É negado a eles o direito de trabalhar em mais de 60 profissões, bem como os direitos à educação de qualidade e à reunificação familiar.³¹

Os palestinos na Síria, por outro lado, gozam de condições bastante favoráveis em termos de direitos do dia-a-dia. Embora não sejam elegíveis para a cidadania síria,

³⁰ *In general terms, most Palestinians in Arab states are treated like foreigners, in that they are unable to obtain permanent residence status or any kind of security of residence, even if they marry female citizens of the country or have children born in that Arab state.* (AKRAM et al, 2011, p. 22, tradução nossa)

³¹ *Using this set of criteria, Palestinians in Lebanon have the worst conditions. They are restricted to living in overcrowded, substandard, unsanitary, and often dangerous refugee camps. They are denied the right to work in more than 60 professions as well as the rights to quality education and family reunification.* (AKRAM et al, 2011, p. 22, tradução nossa)

eles recebem a maioria dos mesmos direitos de residência, social, educação, emprego e direitos civis como cidadãos sírios. (AKRAM et al., 2011)

Na década de 1950, trabalhadores palestinos foram expulsos dos estados do Golfo; na década de 1970, centenas de palestinos foram expulsos da Jordânia em sequência aos conflitos decorrentes do movimento de resistência da Organização para Libertação da Palestina (OLP) e do massacre do "Setembro Negro"; mais de 100 mil palestinos foram expulsos do Líbano durante a guerra civil entre 1976 e 1991; mais de 400 mil palestinos foram expulsos do Kuwait durante a Guerra do Golfo de 1990-1; Milhares de palestinos foram expulsos da Líbia em 1995; e vários milhares de palestinos foram deslocados ou expulsos do Iraque desde que a segunda guerra dos EUA no Iraque começou em 2003. (AKRAM et al., 2011)

O massacre de palestinos conhecido como "Setembro Negro" ocorreu em 25 de setembro de 1970 e foi perpetrado por seus próprios irmãos árabes. Tropas jordanianas a mando do Rei Hussein encerraram 10 dias de operação contra os guerrilheiros da Organização para Libertação da Palestina, que haviam feito da Jordânia sua base de operações.

Enquanto as ações dos palestinos tinham como alvo Israel, os guerrilheiros foram tolerados e apoiados por Hussein. No momento em que desafiaram a soberania do monarca, foram atacados impiedosamente com artilharia pesada, dentro dos campos de refugiados onde atuavam.³²

Ao final dos combates, Yasser Arafat, o líder da OLP, afirmou que entre 10 mil e 25 mil palestinos haviam sido mortos, em sua grande maioria civis, incluindo mulheres e crianças. Estimativas mais conservadoras afirmam que este número variou entre 4 mil e 5 mil vítimas.³³

O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) formalizou recentemente a sua posição de que o mundo não árabe pode exercer o

³²Beth-Shalom. Disponível em :< http://www.beth-shalom.com.br/artigos/setembro_negro.html > Acesso em 11 de setembro de 2017

³³ Idem.

seu mandato de proteção para com os palestinos, dependendo da atitude do Estado anfitrião. A maioria dos estados do mundo ocidental são signatários da Convenção de Refugiados ou uma das duas convenções de apátridas, ou uma combinação destes. No entanto, a maioria dos Estados não aplica o artigo 1D, mal interprete-o como uma cláusula de exclusão para os palestinos, ou aplica a definição de refugiado individualizada do Artigo 1A. (AKRAM et al., 2011)

Geralmente, o resultado é que os palestinos não são reconhecidos como refugiados ou apátridas na maioria dos casos no mundo ocidental, e residem em um estado precário. (AKRAM et al., 2011)

A UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina) trabalhou com todos esses atores da ONU. Por exemplo, a UNRWA forneceu à OCHA (Território Palestino Ocupado) informações abrangentes sobre as condições no terreno ocupado e contribuiu fortemente para uma série de relatórios públicos da OCHA, incluindo o relatório de janeiro de 2006 intitulado "Impacto Humanitário da Barreira da Cisjordânia". A UNRWA também encontra-se regularmente com o Professor Dugard e outros Relatores Especiais sobre suas visitas periódicas à região, fornecendo informações e organizando o fato de encontrar passeios de campo na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. (AKRAM et al., 2011)

Dito isto, não há dúvida de que os refugiados palestinos, incluindo os registrados na UNRWA, precisam ter claramente deferidos seus direitos para proteção adicional garantidos pelo direito internacional. A UNRWA reconhece que precisa fazer mais a este respeito e acredita que, tendo em vista a instância da Assembleia Geral, os pedidos e o apoio financeiro que recebeu dos principais doadores e as normas emergentes das Nações Unidas e da comunidade de assistência humanitária internacional para abordagens baseadas em direitos de programação e operações, claramente tem um mandato político para expandir e aprimorar suas atividades de proteção. A Agência pretende continuar a cumprir este mandato até que a Assembleia Geral possa determinar que uma solução justa e duradoura da questão dos refugiados palestinos tenha sido alcançada e que a proteção e assistência aos refugiados da Palestina no Próximo Oriente fornecidos pela UNRWA não se façam mais necessários. (AKRAM et al., 2011)

2.3. Palestina – Estado Observador

A decisão de 29 de novembro de 2012 dá aos palestinos o status de "Estado observador não-membro", semelhante ao do Vaticano perante a ONU.

O novo status é principalmente simbólico, mas a liderança palestina argumenta que ele ajudará a delimitar o território que quer para seu Estado próprio - gradativamente tomado pelo avanço dos assentamentos israelenses. Também pode ajudar que essa delimitação de território ganhe reconhecimento formal.³⁴

O embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour, havia dito que a aprovação é "um passo muito importante para salvar a solução de dois Estados".

A mudança também significa que palestinos poderão participar dos debates da Assembleia Geral da ONU, aumentando suas chances de integrar agências e entidades ligadas à ONU.³⁵

Talvez o maior temor de Israel tenha sido o de que palestinos usassem seu novo status para entrar no Tribunal Penal Internacional e tentar acionar Israel judicialmente por supostos crimes de guerra cometidos em territórios ocupados, como na Cisjordânia. Israel classifica a iniciativa palestina de uma violação dos Acordos de Oslo (1993), que traçam caminhos para a negociação bilateral de paz.³⁶

A aprovação do status na ONU foi uma vitória diplomática de Mahmoud Abbas, o líder da Autoridade Palestina e principal força política na Cisjordânia.³⁷

A vitória lhe deu cacife num momento em que o líder estava escanteado diante do fortalecimento político e militar do rival Hamas (grupo islâmico que controla a Faixa de Gaza) entre os palestinos, enquanto Abbas tinha pouco a comemorar com suas políticas mais moderadas. No entanto, mesmo com a vitória, Abbas precisará de muito mais para obter o Estado palestino. Quando acabarem as comemorações do novo

³⁴ BBC Brasil. Disponível em :<
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121127_palestinos_onu_pai.shtml > . Acesso em 31 de agosto de 2017.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

status, o líder terá que rever sua estratégia política para colocar em prática o anseio por um Estado palestino.³⁸

Os palestinos tentam há tempos estabelecer um Estado soberano na Cisjordânia, que inclua Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza, seguindo o traçado de antes da Guerra dos Seis Dias (em 1967, quando Israel ocupou territórios reivindicados pelos palestinos).³⁹

Os Acordos de Oslo, entre a OLP (Organização pela Libertação da Palestina) e Israel, levaram ao reconhecimento mútuo. No entanto, duas décadas de conflitos intermitentes desde então e a ausência de consenso em temas-chave impediram um acordo permanente.⁴⁰

Com o impasse nas negociações, a liderança palestina passou a buscar o reconhecimento individual dos países de um Estado palestino. Essa é a principal razão por trás do atual pleito na ONU.⁴¹

Em setembro de 2011, Abbas tentou obter o status de membro pleno da ONU, mas a tentativa não passou pelo crivo do Conselho de Segurança do órgão. Abbas tentou, então, um status menor, o de não-membro observador.⁴²

O reconhecimento diplomático palestino dá força simbólica ao pleito por um Estado que siga o traçado pré-1967 e às negociações de paz com Israel.⁴³

No entanto, o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, rejeita essa noção territorial como base para as negociações, descrevendo-as como "não realistas", já que grande parte dos territórios reivindicados concentram grande população de judeus em assentamentos.⁴⁴

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

Outros temas-chave sobre os quais não há acordo entre israelenses e palestinos são o status de Jerusalém Oriental e o retorno de refugiados palestinos. Para Israel, o novo status palestino na ONU é uma medida "unilateral" que viola os termos dos Acordos de Oslo.⁴⁵

⁴⁵ Ibidem.

CAPÍTULO 3. SIONISMO E IMIGRAÇÃO DE JUDEUS A ISRAEL

No início de 1939, o judeu romeno Shlomo Green encontrou nas turbulentas águas do mar Negro sua estrada para a terra prometida. Nascido no vilarejo de Glug, fronteira com a Bulgária e sobrevivente do Holocausto, Green tinha cerca de 30 anos quando resolveu juntar-se à multidão que embarcava nos portos de Constanza, na Romênia, rumo a um país que ainda não existia, conforme José Francisco Botelho, em seu artigo publicado na revista Aventuras na História.

Segundo Botelho

Eram centenas de milhares de homens, mulheres e crianças, todos de religião ou sangue judaico, vindos de diversas partes da Europa, como Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia. Na época, o litoral da Romênia era o caminho marítimo mais rápido e seguro para a Terra Santa – aquele conturbado pedaço do Oriente Médio, saturado de história e misticismo, encruzilhada de culturas e civilizações, que para os judeus se chama Eretz Israel e para os árabes, Filistéia ou Palestina.⁴⁶

Do final do século 19 até 1947, meio milhão de pessoas fizeram a aliá (palavra em hebraico que designa a migração para a Terra Santa). Seu objetivo: criar um Estado judaico, derradeiro refúgio contra as perseguições e a intolerância que pontuaram a história dos hebreus na Europa desde a Idade Média. Essa ideia visionária ganhou corpo na década de 1890, nas páginas de livros e panfletos escritos por um grupo de judeus do norte da Europa – era o sionismo, movimento batizado em homenagem a Sion, antigo nome de Jerusalém. (BOTELHO, 2007)

O já citado autor Theodor Herzl, judeu Húngaro, considerado por muitos como o criador do movimento sionista, publicou em 1896 a obra *Judenstat* (O Estado Judeu). Nela, ele propõe que os judeus do mundo inteiro migrassem de forma maciça para a Palestina e lá criassem um “lar nacional”. No ano seguinte, os líderes do movimento reuniram-se na cidade de Basileia, na Suíça, e fundaram a Organização Sionista Mundial, que passou a patrocinar o êxodo para o Oriente Médio. No início, o principal

⁴⁶ BOTELHO, José Francisco. História Sem Fim. **Israel 60 Anos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 06/09, maio. 2007.

instrumento da liderança sionista era a diplomacia e a propaganda. Mas, por volta de 1925, ganhou força um movimento paralelo conhecido como “sionismo revisionista” – para seu líder, Zeev Jabotinsky, o ideal patriótico de Eretz Israel justificava métodos violentos.⁴⁷

Em sua obra, Theodore Herzl relata diversas questões, dentre elas aborda a questão judaica e seus desdobramentos (causas do antissemitismo e seus efeitos), sendo que nesse sentido assevera

Ninguém pode negar a gravidade da situação dos judeus. Onde quer que eles vivam em grandes números, são mais ou menos perseguidos. Sua igualdade perante o Direito, concedida pela lei, tornou-se praticamente letra morta. Eles são impedidos de preencher até posições moderadamente altas, seja no exército, seja em qualquer capacidade pública ou privada. E as tentativas são feitas para afastá-los do negócio também: "Não compre de Judeus!"⁴⁸

É importante destacarmos que a obra de Herzl fora publicada já em 1896, o que significa que a ideia dos Judeus de migrarem para a Palestina não é uma questão recente. Diferente do que muitos acreditam, os Judeus não chegaram a Israel por pura imposição do imperialismo ocidental. Abstrai-se da obra de Herzl, através de relatos vívidos, que já naquela época, eles chegaram à Israel por necessidade, pois os judeus não tinham mais para onde ir.

Numa das entrevistas do escritor israelense Amos Oz, também nos é trazido relatos vívidos, inclusive pela própria família de Oz, sobre o tema em questão. Ele informa que em 1930, seus pais, que eram judeus, tentaram se tornar americanos, britânicos, escandinavos e em todos os lugares as tentativas foram negadas. O resultado é que foram parar em Jerusalém.

Retomando a questão sionista, destacamos que uma das primeiras estratégias da Organização Sionista, fundada em 1897, foi negociar com o Império Otomano – que dominou a Terra Santa até o fim da Primeira Guerra Mundial. Mas quando emissários sionistas propuseram ao sultão turco Abdul Hamid II a criação de um

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ HERZL, Theodor. The Jewish State. New York: American Zionist Emergency Council, 1946, p.09.

Estado judeu na Palestina, ouviram um rotundo “não”. Se o Oriente Médio estava interditado ponderaram alguns sionistas, o jeito era funda Israel em outro lugar. Theodor Herzl lançara uma proposta alternativa: em último caso, os judeus poderiam adquirir terras na Argentina e migrar para os pampas. A ideia fez sucesso – no final do século 19, milhares de judeus russos migraram para o país. Ao contrário das esperanças de Herzl, o governo argentino não mostrou entusiasmo ante a ideia de ceder terras soberanas. Através da Declaração Balfour é que o sionismo tomou um novo ânimo e impulso. (BOTELHO, 2007)

Talvez se já houvesse um “lar judaico” nessa época, fosse em Israel ou em qualquer outro país que também negou a ideia, provavelmente não teria existido o holocausto no período do nazismo.

Karl Marx discute Jerusalém no artigo Declaration Of War – On the History of the Eastern Question publicado no Daily Tribute de Nova York em 15 de abril de 1854, onde confirma que os judeus compunham a maior parte da população de Jerusalém desde 1850, antes mesmo do início do movimento sionista no ano de 1897.

Ainda de acordo com Marx, que se baseia no censo do império turco-otomano, a minoria muçulmana era formada por turcos e mouros, além de árabes.

No artigo Marx informa que

[...] a população sedentária de Jerusalém é de aproximadamente 15.500 almas, das quais 4.000 são muçulmanas e 8.000 judias. Os muçulmanos, formando cerca de $\frac{1}{4}$ do total, e compostos por turcos, árabes e mouros, são, naturalmente, os mestres em todos os aspectos [...] Nada se compara a miséria e ao sofrimento dos judeus em Jerusalém, onde habitam o bairro mais sujo da cidade, o chamado Hareth el-yahud, o quarteirão da imundice entre o Monte Sião e o Monte Moriá, onde estão situadas as suas sinagogas – eles são objetos constantes da opressão e intolerância dos muçulmanos, insultados pelos gregos, perseguidos pelos latinos e vivendo apenas das escassas esmolas enviadas por seus irmãos europeus.⁴⁹

⁴⁹ Marxists. Disponível em :< <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1854/03/28.htm>> . Acesso em 06 de agosto de 2017.

No referido artigo Karl Marx acaba com três mitos de uma só vez. Ele mostra que os judeus já eram maioria na cidade quase meio século antes do sionismo, que a maioria muçulmana era formada por não-nativos e que já não havia coexistência antes do sionismo, mostrando-nos, assim, a realidade do conflito.

Há um trecho neste artigo, onde Marx aponta que o europeu morre ou retorna à Europa depois de alguns anos. Os pashas e os seus guardas vão para Damasco ou Constantinopla. E os árabes voam para o deserto. Jerusalém é apenas um lugar onde cada um chega para levantar sua tenda e onde ninguém permanece.

É interessante que podemos abstrair deste trecho que esses povos que passaram por Jerusalém, habitando-a, tinham para onde retornar. E, fazendo uma reflexão sobre o trecho, concluímos que os judeus nunca tiveram para onde voltar.

Em 1919, o Império Otomano desmembrou-se e a Palestina passou ao domínio britânico. Ao mesmo tempo, a migração judaica deixava de ser um sonho romântico, se é que algum dia foi, e tornava-se necessidade de sobrevivência. Para quem lê as manchetes de jornais de hoje, a rivalidade entre judeus e árabes, pode parecer a coisa mais natural do mundo. Mas a verdade é que essa luta fratricida só começou depois da década de 1920. Espelhando-se em séculos de convivência e trocas culturais, árabes e sionistas sentaram-se para negociar em 1919. Foi naquele ano que uma assembleia de diplomatas árabes convidou Chaim Kalvarisky – um dos líderes sionistas mais ponderados da época – para debater uma solução que acomodasse os interesses judeus e palestinos. Uma série de reuniões ocorreu em Damasco, na Síria. Em 1922, os dois lados chegaram a um acordo que poderia ter poupado décadas de conflito. “Sua ideia era criar um Estado único, com liberdade religiosa plena e participação política para todos os grupos étnicos da Terra Santa – pretendiam, inclusive, instituir o ensino do hebraico e do árabe em todas as escolas”, escreve o historiador Howard Sachar em *History of Israel*. (BOTELHO, 2007)

Mas essa utopia teve vida bastante curta. Naquele mesmo ano, a Assembleia Nacional do Yishuv (a comunidade judaica na Palestina) recusou a proposta do Estado multinacional. A decisão refletia, em parte, a mão pesada da Grã-Bretanha: para manter sua hegemonia absoluta, o governo inglês não queria saber de acordos

alternativos entre os povos dominados. Naquele mesmo ano, proibiu qualquer tipo de negociação entre a Organização Sionista e os árabes. (BOTELHO, 2007)

“Depois disso, a liderança sionista não teve mais interesse em negociar com a população local e isso gerou uma hostilidade crescente, que acabaria explodindo em uma série de revoltas violentas”, diz o historiador Paulo Fagundes Vizentini. Em 1947, a Terra Santa estava em pé de guerra, com os dois lados atacando e retaliando. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha havia perdido muito do antigo poder e já não era capaz de conter o caos no Oriente Médio. Por isso, resolveu passar a batata para as Nações Unidas’. No momento da partilha, quase meio milhão de árabes palestinos viviam no território destinado ao Estado de Israel. (BOTELHO, 2007)

No conflito generalizado que se seguiu, a maior parte dessa população acabou expulsa por tropas sionistas ou debandou em pânico ante massacres como o de Deir Yassin. (BOTELHO, 2007)

3.1. Mandato Britânico

Com a Primeira Guerra Mundial em curso, Jerusalém, cidade sagrada para cristãos, judeus e muçulmanos, ainda estava controlada pelos turcos otomanos, parceiros de alemães e austro-húngaros no conflito. Do outro lado da briga estava a Tríplice Entente, liderada por britânicos, franceses, russos e, a esta altura, também por americanos. Os britânicos avançam sobre a Terra Santa, na bem-sucedida Campanha da Palestina. Em 1917 e a guerra já caminhava para sua fase final. (BOTELHO, 2007)

No dia 11 de dezembro daquele ano, o general Edmund Allenby e cerca de 20 oficiais de Sua Majestade entram na Cidade Velha de Jerusalém pelo portão de Jaffa. Era o fim da era otomana. Dali em diante, a Palestina seria controlada pelos britânicos. A tomada de Jerusalém fora pedida ao general Allenby pelo primeiro-ministro Lloyd George, como um “presente de Natal” para a população da Grã-Bretanha. Cristãos finalmente voltaram a dominar o lugar onde nascera e morrera Jesus Cristo. Mas o

que os britânicos ganharam ao assumir o controle do território palestino não foi exatamente um “presente”. (BOTELHO, 2007)

Com o fim da Primeira Guerra e a vitória da Entente, a Liga das Nações determinou que a administração da Palestina fosse entregue à Grã-Bretanha. O chamado Mandato Britânico valeu de 1920 a 1948. E foi marcado por uma escala de violência entre árabes e judeus estabelecidos ali. (BOTELHO, 2007)

A imigração de judeus para a Palestina não era novidade quando os britânicos assumiram o controle. Perseguidos na Europa, eles começaram a imigrar para a “Terra Prometida” já no final do século 19. Em 1882, havia apenas uma pequena comunidade judaica, composta essencialmente de religiosos. Mas daquele ano até 1903, algo entre 20 mil e 30 mil somaram-se aos poucos que estavam lá. Outros 35 mil chegariam até 1914. Eles vinham principalmente do Leste Europeu, notadamente da Rússia e da Romênia, onde os *pogroms* – perseguições – eram mais violentos. (BOTELHO, 2007)

Quando a guerra chegou ao fim, a imigração judaica em direção à Palestina intensificou-se. O movimento sionista seguia firme desde a década de 1890 em sua campanha de incentivo à imigração em massa para a Palestina, onde os judeus fundariam sua própria nação. Mas contava, agora, com apoio explícito oferecido pelos próprios britânicos. Um ano antes do fim da guerra, em novembro de 1917, o então ministro de Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, já havia redigido uma carta que em que garantia aos judeus a criação de um “lar nacional” em território palestino. Foi a famosa Declaração Balfour. Destinada a Lord Rothschild, presidente da Federação Britânica Sionista. (BOTELHO, 2007)

O resultado não poderia ser outro. De 1918 a 1923, mais de 35 mil judeus aportaram na Palestina. Desta vez, a maior parte vinda da Rússia, envolvida com a Revolução Comunista. Entre 1925 e 1939, outros 82 mil judeus chegariam. (BOTELHO, 2007)

A imigração judaica em larga escala provocaria óbvios conflitos. Um deles ocorreu na cidade de Jaffa, ainda em maio de 1921, e acabou com a morte de

aproximadamente 200 judeus e 120 árabes. Os anos seguintes foram marcados por distúrbios de menor intensidade, mas frequentes. Até que, em agosto de 1929, árabes chacinaram 59 judeus – entre homens, mulheres e crianças - em Hebron. E a violência não cessava. De 1936 a 1939, a Palestina seria chacoalhada pela chamada Rebelião Árabe. Não só judeus, mas também britânicos passaram a ser alvo da fúria islâmica. As autoridades mandatárias pareciam estar perdendo o controle da situação. (BOTELHO, 2007)

As comunidades judaicas estabelecidas na Palestina deram origem à milícia judaica Haganah, embrião das Forças Armadas do Estado de Israel. “Haganah”, em hebraico, quer dizer “defesa”. (BOTELHO, 2007)

Um controverso oficial da Grã-Bretanha, capitão Orde Wingate, chegou a ajudar no treinamento de milicianos judeus. Mas a boa relação entre eles e os britânicos na Palestina não duraria para sempre. Percebendo que o aumento da população judaica provocava conflitos cada vez mais intensos, a Grã-Bretanha voltou atrás em sua promessa de criar na Palestina um “lar nacional” para os judeus. Pouco antes de estourar a Segunda Guerra Mundial, restrições à migração começaram a ser impostas. (BOTELHO, 2007)

Em 1939, toda a Europa mergulhou naqueles que seriam os anos mais difíceis e tristes de sua história recente. De novo, um conflito mundial colocava britânicos e alemães em lados opostos. Desta vez, no entanto, era Adolf Hitler quem estava à frente da Alemanha. Sobreviventes do holocausto começaram a emigrar para a Palestina. Diante disto, as autoridades do Mandato Britânico decidiram intensificar as restrições à imigração. (BOTELHO, 2007)

A comunidade judaica organizada em território palestino respondeu imediatamente, montando uma rede de apoio à imigração ilegal. Entre 1945 e 1948, cerca de 85 mil judeus chegaram por vias não-oficiais. As autoridades mandatárias ordenavam bloqueios navais e reforçavam patrulhas de fronteiras, na tentativa de interceptar imigrantes clandestinos antes que eles pusessem seus pés em solo palestino. Mas houve um tiro que saiu fragorosamente pela culatra. Em 1947, ao mandar de volta para a Europa um navio – o famoso Exodus – com mais de 4,5 mil

refugiados judeus, os britânicos caíram em desgraça perante a opinião pública internacional. A Palestina transformava-se em um abacaxi cada vez mais difícil de ser descascado. (BOTELHO, 2007)

Paralelamente, grupos armados eram organizados pelos judeus. Cansado de administrar os conflitos entre árabes e judeus, as autoridades mandatárias concluíram que era hora de se retirar. E encontrou na recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) uma solução mágica para os seus problemas. O Mandato Britânico chegaria ao fim. E caberia à ONU arquitetar um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe, outro judeu. Começava a contagem regressiva para a criação de Israel. (BOTELHO, 2007)

3.2. A Declaração Balfour

Há cem anos, que se completam em 2014, abriram-se as comportas da 1ª Guerra Mundial e desencadeou-se a sequência de eventos que levou à Declaração de Balfour. Quando foi assinada, em 1917, já se passavam quase 40 anos desde o início da colonização sionista, e 20 desde o 1º Congresso Sionista em Basel. Apesar do fervor dos primeiros colonos, o movimento das massas de judeus que fugiam do governo czarista não tomou o rumo sul, partindo do Levante, mas leste, atravessando a Europa na direção das costas, que os atraíam como ímãs, da América do Norte. Pouquíssimos chegaram à Palestina; uma vasta maré humana cruzou o Atlântico.⁵⁰

Muitas autoridades rabínicas dentro da Diáspora eram hostis ao sionismo, pela apropriação do Messias judeu; e a burguesia judaica norte-americana e europeia sentia-se embaraçada ante a ideia sionista, e temerosa ante acusações de dupla lealdade.

Tudo isso mudou, quando a Grã-Bretanha deu suas bênçãos à aventura sionista, na Declaração de Balfour. E não deu só bênçãos: também concordou em

⁵⁰ Oriente Mídia. Disponível em :< <http://www.orientemidia.org/a-questao-palestina-cem-anos-da-1a-guerra-mundial-e-da-declaracao-de-balfour/> > . Acesso em 02 de setembro de 2017.

transformar essa declaração unilateral em obrigação autoimposta garantida pela lei internacional, no sistema do Mandato da Liga das Nações recém estabelecida.

A Declaração Balfour é muito criticada por estudiosos do assunto, pois se deu no cenário da 1ª Guerra Mundial, onde haviam muitos interesses em jogo. A Declaração dispõe que:

**Ministério das Relações Exteriores
2 de novembro de 1917**

Prezado Lord Rothschild,

É com grande prazer que envio a Vossa Senhoria, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia com as aspirações judaico-sionistas, que foi submetida e aprovada pelo ministério.

"O Governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um Lar Nacional para o Povo Judeu e fará seus melhores esforços para facilitar a realização deste objetivo, ficando claramente entendido que nada deve ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e status político disfrutado pelos judeus em qualquer outro país."

Ficaria agradecido se Vossa Senhoria levasse esta Declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Sinceramente,
Arthur James Balfour⁵¹

⁵¹ SHAVIT, Ari. Mi Tierra Prometida. Nova York: Random House LLC, 2014, p.35.

CAPÍTULO 4. ATOS INTERNACIONAIS SOBRE A QUESTÃO ISRAELO-ÁRABE

Envoltos por um sentimento universal de culpa, as Nações Unidas realizaram a partilha do território da Palestina entre judeus e seus habitantes árabes, proclamando-se o Estado de Israel em 1947 – declarada em 1948 –, com capital em Tel Aviv. A tão almejada criação de um “lar nacional judaico” era enfim realizada. Os povos árabes iniciaram uma forte contestação a partir de então, especialmente quanto à delimitação territorial ofertada à parte judaica. Registre-se que, de acordo com estatísticas da ONU em 1922, das 750.000 pessoas integrantes do território palestino, 90% eram árabes, razão pela qual, tecnicamente, não se haveria de negar o reconhecimento de tal território à nação árabe requerente. Nota-se, por certo, a ascensão do que se poderia designar como sionismo utilitário, na medida em que haveria a interferência de potências europeias em favor da construção do estado judeu com nítido interesse econômico na área, e não necessariamente a favor da causa sionista em si, especificamente quanto à Grã-Bretanha.⁵²

Os árabes palestinos ficaram com a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e a parte oriental de Jerusalém. Advinda da Liga Árabe, a criação da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) foi, a partir de então, o mecanismo-mor de luta desse povo, tendo Yasser Arafat como primeiro presidente. Aqui, observa-se um certo antagonismo na postura adotada pela ONU, vez que reconheceu oficialmente o Estado de Israel, porém abstêm-se na tomada de posturas mais enfáticas para a efetiva solução dos abusos por aquele cometidos no território palestino, especificamente quanto ao avanço dos assentamentos ilegais. Houve, por certo, condenação da ocupação israelense e ordenamento de sua retirada dos territórios acima mencionados, entretanto, diante de sua enfática recusa em acatar tais diretrizes, inabilita-se a ONU em se tomar atitudes mais incisivas, por incapacidade técnica de coerção – diante da inexistência fática de um poder supranacional – e dado ao travamento de vetos sistemáticos estadunidenses no Conselho de Segurança.⁵³

⁵² Jus.com.br. Disponível em :< <https://jus.com.br/artigos/44719/resolucao-242-da-onu-posicao-brasileira-sobre-o-caso-palestino> > Acesso em 03 de setembro de 2017.

⁵³ Idem.

Em 29 de novembro de 1947 emitiu-se a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, repartindo o território do protetorado britânico na Palestina em dois Estados: judeu e árabe. A cidade de Jerusalém obteria um tipo de mandato especial internacional. Destaque-se a forte oposição à época da Liga Árabe e dos povos árabes palestinos – em contraposição à aceitação da população judaica em geral – apontando o princípio básico da própria organização internacional, o da autodeterminação dos povos, e o direito de tomada de decisões próprias sem interferências externas. Esta fase é denominada pelos palestinos como Al Nakba, significando “catástrofe” ou “miséria profunda”. A sessão de votação foi conduzida pelo embaixador brasileiro Oswaldo Aranha, na qualidade de presidente da Assembleia Geral da ONU.⁵⁴

É certo que houve a iniciativa da ONU para a realização do plano de repartição da Palestina, com a propositura da consequente extinção do mandato britânico na região. O plano figurou em apenso à citada Resolução e previa uma série de iniciativas e objetivos a serem tomados para realização integral da decisão da Assembleia, dentre os quais: estipulação da progressiva retirada britânica do mencionado território até 1º de agosto de 1948; os novos Estados seriam oficialmente reconhecidos dois meses após a referida retirada; suporte aos objetivos dos movimentos de ambas as partes envolvidas e a intenção de se criar uma união econômica entre os Estados propostos, com o devido respeito às diferenças religiosas e proteção dos direitos das minorias.⁵⁵

Entretanto, com o anúncio da Resolução pelas Nações Unidas e face ao entrave advindo da população árabe, iniciou-se a guerra civil e o plano de repartição do território palestino não foi implementado.

Aos 11 de dezembro de 1948, a Assembleia das Nações Unidas emitiu a Resolução 194, contendo 15 artigos, estabelecendo que os refugiados possuem direito de retorno aos seus lares, agora em território israelense, ou de recebimento de indenização caso optem por não regressar.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem.

4.1. Resolução 242 do Conselho de Segurança

A Resolução 242, emitida pelo Conselho de Segurança da ONU, de 22 de novembro de 1967, afirma que o cumprimento dos princípios da Carta requer o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio que inclui dois princípios: retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no conflito da Guerra dos Seis Dias de 1967 e respeito e reconhecimento a soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estados da região e o direito de viverem em paz com segurança, tendo o reconhecimento de fronteiras livres de ameaças ou atos de força. (LUKACS, 1984)

Afirma também a necessidade em permitir a livre navegação em águas internacionais, alcançar um acordo justo para o problema dos refugiados e garantir zonas desmilitarizadas. (LUKACS, 1984)

Eis seu texto na íntegra:

O Conselho de Segurança,
Manifestando a sua preocupação constante com a grave situação no Oriente Médio,
Enfatizando a inadmissibilidade de aquisição de território pela guerra e a necessidade de trabalhar para uma paz justa e duradoura em que todos os Estados da região possam viver em segurança,
Destacando-se, ainda, que todos os Estados-Membros na sua aceitação da Carta das Nações Unidas firmam o compromisso de agir em conformidade com o artigo 2 da Carta,
1. Afirma que o cumprimento dos princípios da Carta requer o estabelecimento de uma paz no Oriente Médio justa e duradoura que deva incluir a aplicação de ambos os seguintes princípios:
(i) retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito;
(ii) Cessação de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito a e reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado na área e seu direito de viver em paz dentro de fronteiras reconhecidas e seguras, livres de ameaças ou atos de força;
2. Afirma ainda a necessidade
(a) De garantir a liberdade de navegação em cursos de água internacionais na área;
(b) De alcançar uma solução justa para o problema dos refugiados;
(c) De garantir a inviolabilidade territorial e independência política de cada Estado da região, através de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas;

3. Solicita ao Secretário-Geral que designe um representante especial para envio ao Oriente Médio para estabelecer e manter contatos com os Estados interessados, para fins de consecução de um acordo e para prestar assistência aos esforços em se alcançar um termo aceitável e pacífico de solução do impasse de acordo com as disposições e princípios presente resolução;
4. Solicita ao Secretário-Geral que informe o Conselho de Segurança sobre o progresso dos esforços do Representante Especial o mais rapidamente possível.

Consigne-se que, sendo signatário da Carta de São Francisco (Carta das Nações Unidas), Israel está submetido a seus princípios e regramentos obrigatórios. Nem sempre é o que acontece na prática, limitando-se as Nações Unidas a apenas emitirem Resoluções recomendatórias, sem prático cunho vinculante. Ocorre que Israel costuma evidenciar o art. 51 da Carta, referente ao direito de legítima defesa face a uma alegada agressão armada e iminente da Palestina e/ou países árabes vizinhos, afirmando, ainda, que as medidas arroladas na Resolução não seriam a melhor alternativa para a efetiva resolução do conflito em baila.

A justificativa é até certo ponto compreensível, isto porque Israel está cercado de todos os lados por países árabes.

Ocorre que em retrospecto às origens da Resolução 242, tem-se o cessar-fogo da Guerra dos Seis Dias ocorrido em 1967, pelas Resoluções 233, 234 e 235 do Conselho de Segurança. Após, entretanto, não houve qualquer demanda, tanto por parte do Conselho de Segurança quanto por parte da Assembleia Geral, para que Israel retroagisse sua ocupação territorial às margens estabelecidas em 1949 – ano subsequente ao reconhecimento oficial do Estado de Israel pela ONU.⁵⁶

A professora emérita de Direito Internacional da Universidade Hebraica de Jerusalém, Ruth Lapidoth, analisa esmiuçadamente o teor e consequências da referida Resolução em artigo intitulado “Resolução do Conselho de Segurança 242: uma análise das suas principais disposições”.

⁵⁶ Jus.com.br. Disponível em :< <https://jus.com.br/artigos/44719/resolucao-242-da-onu-posicao-brasileira-sobre-o-caso-palestino> > Acesso em 03 de setembro de 2017

Quanto à análise da expressão “garantir a liberdade de navegação em cursos de água internacionais na área”, a professora ressalta que não se há especificação de qual área a Resolução se refere, sendo uma expressão vaga. Acrescenta que já há tratados garantindo o direito de passagem em áreas relevantes da região, tais quais o Canal e o Golfo de Suez, o mar Mediterrâneo (Convenção de Constantinopla de 1888), o Golfo de Aqaba e o Estreito de Tiran - estes dois últimos incluídos em tratado de paz entre Egito e Israel em 1979 e uma similar garantia quanto ao Estreito de Tiram foi incluída em um tratado de paz entre Israel e Jordânia em 1994.

Após interpretar esse comentário da professora notamos que a Resolução como um todo é muito vaga e frisamos que não é apenas com resoluções que se resolvem problemas, mas também com boa vontade de todas as partes envolvidas.

Em última análise, tem-se a expressão “garantir a inviolabilidade territorial e independência política de cada Estado da região, através de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas”. Aqui, a docente recomenda que, considerando a fracassada tentativa de desmilitarização pós-armistício em 1949 entre Israel e seus vizinhos, dever-se-ia evitar disposições futuras nesse sentido.

4.2. Resolução 338 do Conselho de Segurança

Este texto foi aprovado a 22 de outubro de 1973, pouco depois do começo da guerra do Yom Kippur. A resolução "exige às partes que comecem imediatamente após o cessar-fogo a aplicação da resolução 242 do conselho de segurança em todas as suas partes".

"Decide que, imediatamente e junto ao cessar-fogo, comecem negociações entre as partes envolvidas sob os patrocínios apropriados com vistas a instaurar uma paz justa e duradoura no Oriente Médio".⁵⁷

⁵⁷ STEIN, Kenneth W. *Heroic Diplomacy – Sadat, Kissinger, Carter, Begin, and the Quest for Arab-Israeli Peace*. New York: Routledge, 1999, p.89.

Na esperança de reconquistar territórios perdidos para Israel durante a terceira guerra árabe-israelense, as forças egípcias e sírias lançaram um ataque coordenado contra Israel no Yom Kippur, data mais sagrada do calendário judaico, em um dia como este, no ano de 1973. As forças de Israel foram tomadas de surpresa: as tropas egípcias varreram a Península do Sinai, enquanto a Síria expulsava tropas israelenses das Colinas de Golã. Estes territórios foram conquistados por Israel na Guerra dos Seis Dias, de 1967, que deixou a nação no controle de uma área quatro vezes que o seu tamanho anterior.⁵⁸

A Guerra dos Seis Dias foi o conflito armado ocorrido em 1967 envolvendo Israel e países árabes – Egito, Síria, Jordânia, Kuwait, Iraque, Arábia Saudita, Argélia e Sudão.

Quando a quarta guerra árabe-israelense começou, em 6 de outubro de 1973, muitos soldados de Israel estavam fora de seus postos de observação no Yom Kippur. Os exércitos árabes fizeram avanços impressionantes com suas armas fornecidas pela União Soviética. As forças iraquianas logo entraram na guerra, e a Síria recebeu o apoio da Jordânia. Depois de vários dias, Israel se mobilizou, e as Forças de Defesa começaram a bater o exército dos árabes, que perderam soldados e equipamentos. No final de outubro, ocorreu um cessar fogo egípcio-israelense que negociado pelas Nações Unidas, nos termos da Resolução 338 de 22 de outubro de 1973.

4.3. Acordos de Oslo e o Processo de Paz

Houve diversos planos de paz após 1967, mas nada de significativo aconteceu até depois da guerra de 1973, que abriu espaço para uma nova iniciativa pela paz, como mostra a visita a Jerusalém do então presidente egípcio, Anwar Sadat, em novembro de 1977.⁵⁹

⁵⁸ History. Disponível em :< <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/comeca-guerra-do-yom-kippur> >
Acesso em 07 de setembro de 2017

⁵⁹ BBC. Disponível em :< http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100902_entenda_acordos_orientemedio_rc >
Acesso em 10 de setembro de 2017.

O presidente dos EUA na época, Jimmy Carter (1977-81), capitalizou em cima desse espírito e convidou Sadat e o então premiê israelense, Menachem Begin, para conversas em Camp David.

O primeiro acordo expandia a resolução 242, pedia negociações multilaterais para resolver o “problema palestino”, falava em um tratado entre Israel e Egito e instava a assinatura de outros tratados entre Israel e seus vizinhos. Mas a fraqueza deste primeiro acordo foi que os palestinos não participaram das negociações.

O segundo acordo tratava da paz entre Israel e Egito, o que ocorreu em 1979, com a saída de Israel da península do Sinai, ocupada desde 1967. Isso resultou no primeiro reconhecimento do Estado de Israel por parte de um país árabe.

São talvez as mais bem-sucedidas conversas do processo de paz. O acordo durou, apesar de tensões posteriores entre Israel e Egito e de Sadat ter sido assassinado.

Muitos líderes internacionais participaram deste momento histórico e um dos nomes mais importantes desta época foi o já referido Sadat.

Muhammad Anwar Al Sadat foi um militar e político egípcio, presidente do seu país de 1970 a 1981. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1978.

Ao se referir a Sadat, Kenneth W. Stein declara “Ele fez o que nenhum outro líder árabe fez em trinta anos: ele quebrou a barreira psicológica dos árabes em reconhecer a existência e legitimidade do Estado Judeu” (STEIN, 1999, p. 229)

As negociações de Oslo marcaram o início das negociações de paz diretas entre israelenses e palestinos, em 1993. Elaborados após uma série de encontros secretos, que foram mediados pela diplomacia norueguesa e realizados na capital do país escandinavo. Seus princípios básicos eram os seguintes: de um lado, Israel reconhecia a Organização para Libertação da Palestina (OLP) como legítima representante dos direitos e interesses do povo palestino. Do outro, a OLP se comprometia a anular o parágrafo de sua carta de fundação que pregava a destruição

do Israel e reconhecia o direito de os judeus viverem em segurança em seu próprio Estado.⁶⁰

As negociações de Oslo tentaram contemplar o que faltara em todas as conversas prévias, como um acordo direto entre israelenses e palestinos, representados pela OLP (Organização pela Libertação da Palestina).

Sua importância é que resultou no reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP.

O acordo estipulava que tropas israelenses deixariam a Cisjordânia e Gaza, que um governo interino palestino seria montado para um período de transição de cinco anos, abrindo caminho para a formação de um Estado palestino.

O grupo Hamas e outros palestinos não aceitaram os termos de Oslo e iniciaram ataques suicidas contra Israel, que por sua vez enfrentou a oposição de colonos israelenses e outros setores da sociedade.

O acordo foi assinado em 1993, na Casa Branca, onde, sob a mediação do presidente americano Bill Clinton, Yasser Arafat, líder da OLP, e Yitzhak Rabin, premiê israelense, apertaram as mãos. Mas seus termos foram apenas parcialmente implementados.

Os acordos previam o estabelecimento de datas para o avanço gradual do processo de paz. A assinatura foi feita em uma cerimônia festiva, no dia de 13 de setembro de 1993, nos jardins da Casa Branca, em Washington, EUA. O cronograma previa um período interino de cinco anos de autogoverno palestino, a ser implantado em quatro etapas. Em 1994, seria estabelecido o autogoverno na Faixa de Gaza e na área de Jericó. No mesmo ano, seria aplicada a segunda fase, que envolvia a transferência de poderes aos palestinos na Cisjordânia em cinco esferas – educação e cultura, saúde, bem-estar social, impostos e turismo. A terceira etapa estava prevista para 1995 e estabelecia a ampliação de áreas do autogoverno palestino na

⁶⁰ Conib. Disponível em :< <http://www.conib.org.br/glossario/Acordos%20de%20Oslo> > Acesso em 10 de setembro de 2017.

Cisjordânia e a eleição de uma autoridade autônoma para permitir aos palestinos a condução de seus assuntos internos. A última etapa previa o início das negociações sobre os arranjos para o status final, incluindo assuntos polêmicos como a questão dos refugiados palestinos de 1948, os núcleos judaicos na Cisjordânia, acesso às fontes de água e a divisão de Jerusalém. (CONIB, 2017)

Das quatro etapas, três foram cumpridas. Mas uma série de ataques de terroristas suicidas atrasou o início das negociações finais. Outro golpe contra os acordos veio com o assassinato do primeiro-ministro Yitzhak Rabin por um extremista judeu, em 4 de novembro de 1995. Na eleição de 1996, Shimon Peres, mentor do processo de paz, foi derrotado por Binyamin Netanyahu, do Likud. Peres liderava as pesquisas de intenção de voto, mas um atentado no centro de Tel Aviv, às vésperas da eleição, fez a balança pender para Netanyahu. (CONIB, 2017)

As negociações enfrentaram dificuldades até 1999, quando, em novas eleições, o partido trabalhista Ehud Barak superou Netanyahu. Em outubro de 2000, com mediação de Bill Clinton, Barak tentou chegar a um acordo final com Yasser Arafat. Israel se mostrou disposto a fazer concessões históricas. Mas os dois lados não chegaram a um acordo, e a negociação naufragou. Pouco depois, explodiu a segunda Intifada, o que enterraria de vez os acordos de Oslo. (CONIB, 2017)

A reunião de Oslo em 1993 gerou expectativas em se estabelecer um acordo de paz nesse entrave, organizada pelo Presidente norte-americano Bill Clinton e acompanhada pelos dirigentes de Israel e da OLP. Aprovou-se o que foi conhecido como “solução dos 2 Estados”, em que se reconheceria a independência de cada um, com a fundação da Palestina como nação na Cisjordânia, retroagindo-se aos limites pré-1967. Previu-se, ainda, o encerramento dos conflitos, a retirada israelense do sul do Líbano e a definição do status de Jerusalém. Tais assertivas não vingaram na prática e o conflito se estende até os tempos atuais. Destaque-se, ainda, a existência de 2 movimentos de resistência palestina: o Hamas, partidário militante, que não reconhece o Estado de Israel e que se situava em Gaza; e o Fatah, grupo moderado que apoia as negociações, a “solução dos 2 Estados” e que governava a Cisjordânia.

Tal divisão interna também é um dos principais alvos de entrave à efetiva resolução do conflito.⁶¹

⁶¹ Jus.com.br. Disponível em :< <https://jus.com.br/artigos/44719/resolucao-242-da-onu-posicao-brasileira-sobre-o-caso-palestino> > Acesso em 07 de setembro de 2017

CONCLUSÃO

Em que pese o impasse entre os dois povos conforme exposto neste trabalho científico, ainda observamos sinais de mínima convivência entre eles, principalmente dentre os grupos de cidadãos mais jovens que convivem nas universidades, como por exemplo jovens homossexuais árabes que muitas vezes são melhor recebidos em cidades de Israel como Tel Aviv do que em seus próprios países de origem.

Observamos também através deste estudo que as relações diplomáticas ainda estão longe de alcançar a resolução deste conflito. Existem muitos Atos Internacionais (Resoluções, Acordos etc.) sobre o assunto, porém muitos ainda não foram levados a cabo ou finalizados, não se obtendo, assim, a tão esperada paz na região.

Sabemos que tanto Palestinos quanto Israelenses tem motivos mais do que suficientes para se fixar na região e não obstante o esforço de alguns de ambos os lados, ainda encontra-se muito resistência por parte de entidades que representam os dois lados ou muitas vezes da própria população.

Observa-se com essa pesquisa que a Guerra Fria (1947-1991) interferiu negativamente em Israel, tendo impactado muito a região, a exemplo de outras regiões do planeta que também sofreram com os seus impactos. A criação do Estado de Israel se deu no início da Guerra Fria e desde então as potências se posicionaram a favor de um lado ou de outro, acirrando ainda mais o conflito.

A questão do alinhamento automático dos Estados Unidos em defesa de Israel à época da Guerra Fria era compreensível, conquanto este, juntamente com os Emirados do Golfo e a Arábia Saudita eram suas zonas de influência em face dos governos árabes nacionalistas apoiados pelo bloco soviético. Quando ocorreu a queda do muro de Berlim e a consequente queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tal apoio incondicional se esvaiu. Por conseguinte, é de se observar o avassalador avanço do antiamericanismo e adesão de jovens árabes a movimentos terroristas em retaliação. Ademais, grande parte dessa região de conflito

atrai interesses petrolíferos e estratégicos norte-americanos, somando-se a questão econômica como um dos fatores influentes e catalisadores do conflito.

É de se notar que como todo longo conflito, neste também observamos agentes catalisadores deste confronto, tais como, grupos terroristas, a exemplo do Hamas; grupos radicais judaicos; os palestinos não entram em acordo sobre suas reivindicações para que se chegue a um consenso final; assassinato de líderes como Yitzhak Rabin e Yasser Arafat; os países da região não colaboram com a questão dos refugiados palestinos; as dificuldades em delimitar as fronteiras de Israel; a anexação por parte do Governo israelense das Montanhas de Golã, dentre outros territórios; o crescimento desordenado da população palestina e a chegada de um número imenso de imigrantes europeus a partir de 1945/1946; a dificuldade de alguns líderes radicais islâmicos em reconhecer o Holocausto causado pelo III Reich e discursos de fomento ao ódio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKRAM M. Susan, DUMPER, Michael, LYNK, Michael e SCOOBIE, Iain. **International Law and the Israeli-Palestinian Conflict**. New York: Routledge, 2011.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém – Uma Cidade, Três Religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Arqueología. Disponível em: <http://www.lavia.org/espanol/archivo/586sp.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

BBC. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100902_entenda_acordos_orientemedio_rc. Acesso em 10 de setembro de 2017.

Beth-Shalom. Disponível em: http://www.beth-shalom.com.br/artigos/setembro_negro.html. Acesso em 11 de setembro de 2017

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus, 2003.

BOTELHO, José Francisco. História Sem Fim. **Israel 60 Anos**, São Paulo, v. 1, n. 1, maio. 2007

Conib. Disponível em: <http://www.conib.org.br/glossario/Acordos%20de%20Oslo>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

HERZL, Theodor. **The Jewish State**. New York: American Zionist Emergency Council, 1946.

History. Disponível em: <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/comeca-guerra-doyom-kippur>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/44719/resolucao-242-da-onu-posicao-brasileira-sobre-o-caso-palestino>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

KARNAL, Leandro. **Oriente Médio**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

LUKACS, Yehuda. **Documents on the Israeli-Palestinian Conflict**. Cambridge: University Press, 1984.

MACK, Stanley. **A História dos Judeus**. São Paulo: Via Lettera, 2009.

Marxists. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1854/03/28.htm>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

Oriente Mídia. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/a-questao-palestina-cem-anos-da-1a-guerra-mundial-e-da-declaracao-de-balfour/>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

SHAVIT, Ari. **Mi Tierra Prometida**. Nova York: Random House LLC, 2014.

STEIN, Kenneth W. **Heroic Diplomacy – Sadat, Kissinger, Carter, Begin, and the Quest for Arab-Israeli Peace**. New York: Routledge, 1999.

UNIBES. **500 Anos da História Não Documentada**. São Paulo, UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM ESTAR SOCIAL, 2016.

Indepent. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israels-voice-of-reason-amos-oz-on-war-peace-and-life-as-an-outsider-1648254.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

Independent. Disponível em: ><http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/amos-oz-i-have-always-maintained-the-solution-is-partition-91395.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.